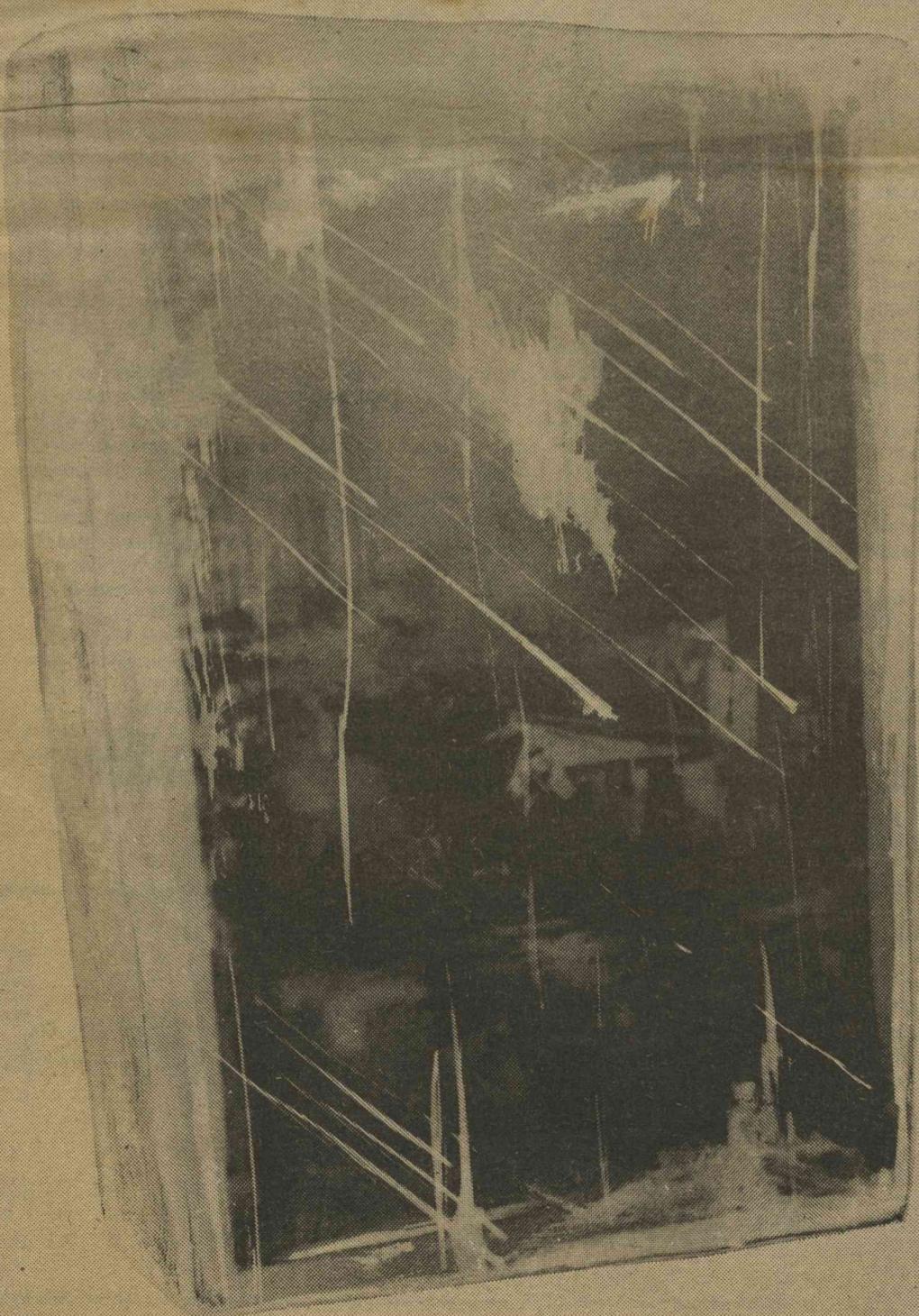


fazendo

AMANHÃ

Pacote econômico: Congelamento da miséria



ANO I — Nº 7 — MARÇO 1986 — Cz\$ 5,00

**PT e os governos
dos Estados**

PÁGINA 7

**Filipinas e Haiti:
A política de Reagan**

PÁGINA 10 e 11

**Debate:
Quais os rumos do
leninismo?**

PÁGINA 13

Lutando contra o pacote

O pacote econômico da Nova República é uma resposta "radical" à situação adversa que ela vinha enfrentando. O projeto original da transição burguesa-conservadora sofreu, ao longo da sua implementação, sucessivas derrotas parciais que abalaram o cronograma estabelecido, dificultando a estabilização do novo regime político de dominação. A falência das medidas anteriormente adotadas para combater a inflação que prosseguia em curva ascendente, as dificuldades para a elevação da acumulação capitalista, as divisões internas nas classes dominantes, a crescente insatisfação popular e a paralisia reinante nas esferas governamentais indicavam, num ano eminentemente político, a possibilidade de radicalização do movimento de massas imprimindo derrotas ainda mais profundas ao governo. O pacote é, portanto, no plano político, uma tentativa do governo Sarney de retomar a iniciativa, visando congelar a luta de classes, deter os movimentos reivindicatórios e grevistas embutidos nas campanhas salariais, cooptar as massas contendo o crescimento do campo de oposição à esquerda da Nova República e, assim, isolar os setores oposicionistas, particularmente as forças não integradas à transição e, ao mesmo tempo, debelar a crise da Aliança Democrática recuperando e ampliando sua base político-parlamentar, reconstituir a unidade burguesa e evitar um novo revés eleitoral em novembro, assegurando uma esmagadora maioria conservadora no Congresso-Constituinte.

Do ponto de vista econômico, o pacote representa fundamentalmente um conjunto de medidas que objetivam sustar a inflação que se aproximava dos 500 por cento anuais e criar as condições para a recuperação da economia capitalista da aguda recessão ocorrida de 81 a 83. Para garantir a acumulação e a reprodução do capital, quem paga o custo, mais uma vez, são os trabalhadores. O decreto-lei passa ao largo dos principais problemas do povo brasileiro, mantém intocada a dominação do latifúndio e a política de arrocho salarial, garante o poder dos monopólios, a dependência ao imperialismo, incluindo o cumprimento dos acordos com o FMI, o pagamento da dívida externa e a remessa de lucros para o exterior. Não se trata aqui de dizer que a situação anterior ao pacote era menos ruim. Mas de afirmar que o governo e a burguesia, ao congelar a miséria, pretendem congelar as lutas e, com isto, antecipar-se a possíveis conquistas das massas.

A burguesia no Brasil, com seus irmãos de classe dos países centrais que aqui operam em íntima ligação, tem se notabilizado por um agudo instinto de classe. A cada momento de crise e dificuldades, quando as massas se mobilizam e começam a colocar em risco, mesmo que de modo inicial, os interesses dominantes, forma-se um coro ensurdecedor clamando pela união de todos para salvar a pátria. Foi assim por ocasião da vitória de Trancedo-Sarney no Colégio Eleitoral quando a ditadura militar se extinguiu. E repete-se agora na "cruzada nacional" contra a inflação. Para "salvar" a "nação do capital" foram chamados economistas burgueses e proprietários de cartéis financeiros, que encarregaram-se de elaborar o "programa de estabilização da economia". As medidas que iriam compor o pacote, mantidas em segredo para a população, jamais o foram para um número restrito de monopólios estreitamente ligados aos órgãos de poder. Isto explica a inflação atípica de janeiro e fevereiro patrocinada pelos grandes grupos econômicos. Assim, depois de pronto o pacote, politiquês burgueses, notórios lacaios do imperialismo, antigos serviços da ditadura militar, representantes das várias frações das casses dominantes, capitaneados pela imprensa conservadora e tendo a TV-Globo como maestra, saíram à público para manifestar sua solidariedade irrestrita ao programa do governo e conclamar a população a fazer o mesmo. Estes senhores, travestidos de "defensores dos consumidores", tiveram logo a acompanhá-los em sua peregrinação "cívica" e "patriótica" uma variada gama de políticos reformistas e conhecidos pelegos. Todos salientando o "conteúdo social" do Pacote.

Entretanto, não passa despercebido a um olhar atento, que mesmo as chamadas medidas de alcance social, como o congelamento dos preços, a escala móvel e o seguro-desemprego, reivindicações legítimas das massas, quando integradas na totalidade do pacote, tornam-se instrumentos de engodo a serviço da legitimação dos objetivos pró-monopolistas do governo Sarney. A farsa do seguro-desemprego consegue a proeza, pelas inúmeras exigências absurdas necessárias para sua concessão, de excluir a esmagadora maioria dos trabalhadores desempregados de qualquer possibilidade de obtê-lo. Aos poucos "premiados" sobrarão o consolo de uma quantia que pode até mesmo reduzir-se a 50 por cento do salário mínimo, com duração máxima de 4 meses em 1 ano e meio.

Os preços elevados vertiginosamente nos dois últimos meses foram congelados no nível máximo da espiral inflacionária atingido até o dia 26 de fevereiro. Enquanto os salários, já congelados pela semestralidade legal, o foram com correção baseada na média dos últimos seis meses tomando-se o índice de fevereiro como zero, acrescidos do abono de 8 por cento. Trata-se de um confisco salarial, que se desdobrará em perdas cada vez maiores para os trabalhadores. Primeiro porque o pacote congelou as mercadorias de maneira desigual, em detrimento da força de trabalho, cujo preço já era congelado semestralmente e encontra-se depreciado desde a época da ditadura militar. Segundo, porque, enquanto os salários permanecerão congelados a inflação subterrânea e extra-oficial irá elevando o custo de vida. Terceiro, porque o "gatilho" da "escala móvel" de Sarney só será disparado quando a inflação oficial chegar aos 20%.

Sarney, seus ministros e porta-vozes têm afirmado que o sucesso do programa econômico depende da "mobilização popular". Para tanto incitam as massas a controlar os preços dos produtos e a denunciar os remarcadores. O resultado dessa "cruzada" é o indiciamento e a prisão de comerciantes, feirantes, pequenos comerciantes. Já os donos

de supermercados, grandes industriais e banqueiros, principais responsáveis pela especulação e a alta dos preços, andam à solta e convivem diariamente com as autoridades governamentais.

Abílio Diniz, um destes cidadãos "ilustres", membro do Conselho Monetário Nacional e proprietário da cadeia de supermercados Pão de Açúcar, aparece cotidianamente nas páginas de jornais e nas telas da televisão para falar sobre as benesses do pacote. Em troca, seus empregados são presos por, ao obedecerem suas ordens, terem feito a remarcação dos preços. Isto demonstra a "seriedade de propósitos" do governo e dos capitalistas em controlar os preços de monopólio. E evidencia, por outro lado, o que se esconde por trás da proposta de "fazer de cada brasileiro um fiscal do presidente": legitimar o pacote junto às massas, dirigir o descontentamento popular contra o pequeno comércio varejista, dividir o povo e omitir-se de fiscalizar os grandes grupos econômicos.

A decretação do pacote surge no momento em que se preparavam grandes mobilizações em torno das campanhas salariais e das comemorações do centenário do 1º de maio. Os trabalhadores que foram à luta por suas reivindicações no ano passado, visualizavam a perspectiva de, com novas lutas e um nível superior de organização, obter conquistas expressivas. Amplas parcelas das massas, sem terem tido tempo de sentir e de refletir sobre o conteúdo global das medidas adotadas, desejosas de sair do sufoco da situação anterior e massacradas por intensa propaganda, passaram a apoiar o pacote, sobretudo porque o mesmo contempla demagogicamente o congelamento de preços, logo capitalizado pelos políticos burgueses como apoio integral ao governo Sarney. Setores minoritários, basicamente pertencentes às categorias mais avançadas e duramente atingidas pelo confisco salarial mantêm-se numa posição crítica e desconfiam dos resultados do pacote. Apenas os ativistas mais conscientes do movimento operário e popular manifestam-se em oposição global.

Neste quadro, abre-se um debate de forte incidência política: diante da repercussão do pacote junto à população trabalhadora qual a tática de enfrentamento a ser adotada? Lideranças influentes, inclusive do PT e da CUT, vem defendendo a necessidade de, para não se isolar das massas que apóiam o pacote, reconhecer a existência de "medidas positivas" e trabalhar para aprofundá-las, ao mesmo tempo em que são denunciadas as "medidas negativas". Estas posições refletem-se principalmente na questão do congelamento dos preços e da sua fiscalização. Sem dúvidas, o risco de haver um "corte" entre os ativistas e as massas é real num momento como este. Todavia, reconhecer e dizer ao povo que existem "medidas positivas" implica, necessariamente, operar por dentro do universo do pacote e obscurecer seu conteúdo global anti-operário e anti-popular. O esclarecimento das massas não será feito fragmentando-se a discussão e submetendo-se a seu nível de consciência imediata. Ao contrário, impõe a necessidade da denúncia sistemática do caráter do Decreto-Lei 2283 em sua totalidade, dos objetivos do governo com as chamadas "medidas de alcance social", e a tradução deste movimento de denúncia em ações práticas que reconduzam os trabalhadores ao caminho da luta que só pode ser trilhado por fora e contra o pacote.

A constituição de um movimento político deste tipo, que, ao invés de transformar os trabalhadores em "fiscais de Sarney", volte sua ação contra os seus reais inimigos, os responsáveis pela especulação, pelos altos preços, pelos baixos salários, pela exploração e a opressão, passa, sobretudo, pelas categorias mais organizadas e politizadas, em especial as que têm campanhas salariais nos próximos meses. Aí se dará um dos momentos decisivos do combate. A necessária ponte com os setores populares que apóiam o pacote se construirá trazendo seus anseios para compor uma plataforma de unidade do movimento operário e popular que, hoje, inclui a exigência de salário-desemprego para todos os desempregados, salário-mínimo real e reposição das perdas salariais, 40 horas semanais, estabilidade no emprego, trimestralidade, congelamento dos preços com controle pelos órgãos governamentais, rompimento com o FMI e não pagamento da dívida externa, reforma agrária radical. Tal plataforma, adequada às condições de cada categoria, acompanhada da denúncia dos compromissos do governo com os monopólios capitalistas, e ligada ao processo-constituinte, permite a politização do movimento e seu correto direcionamento.

fazendo **AMANHÃ**

Conselho Editorial:

Adelmo Genro Filho, José Eduardo Utzig, José Genuíno Neto, Marcos Rolim, Otto Alcides Ohlweiler, Ozeas Duarte de Oliveira, Tarso Fernando Genro.

Planejamento gráfico e diagramação:

Cristina Pozzobon

O AMANHÃ é uma publicação da Editora Outubro Ltda.

End.: Rua Santo Antônio, 446/conj. 91

CEP: 01314 — São Paulo — SP — Fone: 32-4685

Editor: Sergio Weigert

De novo a rampa do Planalto

Um dia depois que um Fernando Henrique Cardoso reforçava na imprensa a sua condição de "progressista coerente e radical" ao dirigir as mais duras críticas já feitas pelo PMDB à Nova República, o presidente do partido, Ulysses Guimarães tentaria esquecer a sua própria atitude de recusa ao convite de Sarney para que o representasse na posse de Mário Soares, em Portugal. Mais cauteloso, Ulysses decide mudar sua postura diante do Planalto e desta vez acata a um chamado do Presidente, mesmo em se tratando de analisar, no Palácio da Alvorada, as origens dos desentendimentos entre o PMDB e o governo.

"É fruto do ressentimento pela reforma ministerial", ponderava um Ulysses bem mais combatido do que aquele outro Ulysses que no dia anterior já havia sido proclamado como o "mister diretas" por seu companheiro de partido e de palanque.

A partir daí — e era 26 de fevereiro — o presidente do PMDB não perde mais tempo. Logo depois de seu encontro com o presidente da República, distribui à imprensa uma relação de treze realizações do Governo, acrescida de mais um depoimento: "a Nova República está resgatando os compromissos assumidos em praça pública".

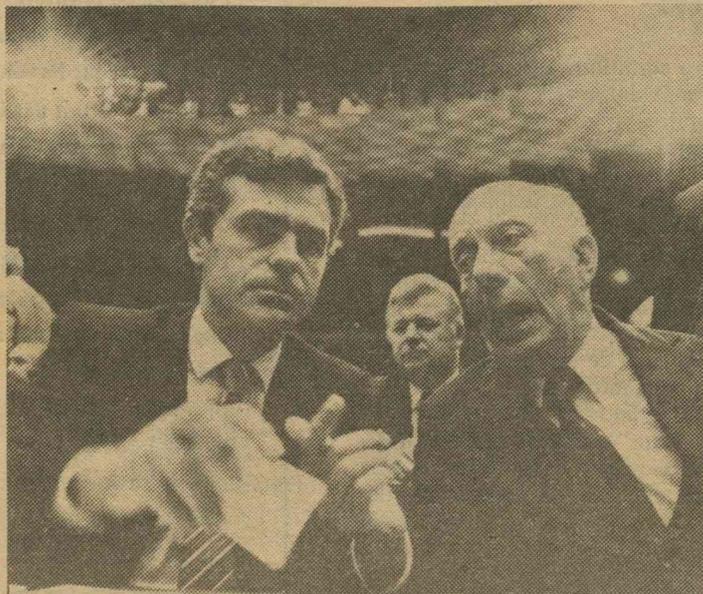
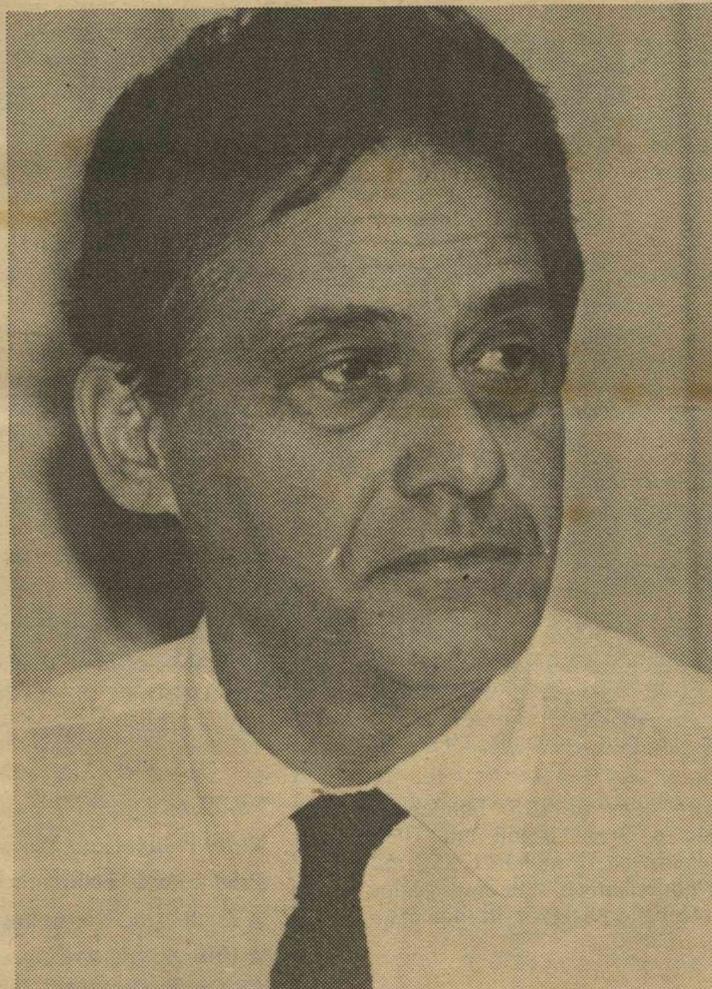
Malabarismo no mínimo pitoresco, esse desenvolvido pelo presidente de um PMDB que há dois dias anunciava em alto e bom som: "Chega de Aliança!"

Este basta à Aliança Democrática, dado em uníssono pelas principais lideranças peemedebistas, expunha aos olhos de todos, entre outras figuras de peito estufado, um ex-ministro Waldir Pires extremamente convicto. "A Aliança Democrática está falida, pois as bases em que foi erguida foram alteradas", dizia ele. Aliás, uma posição também nitidamente assumida pelos afoitos líderes e ex-participantes do Conselho Político do Governo, deputado Pimenta da Veiga e senador Fernando Henrique Cardoso.

Avançando em suas propostas de rompimento, eles chegaram a decretar que "o PMDB não mais apoiará o governo de forma sistemática" e partiram, de imediato, à consolidar o seu novo projeto. Aos dois coube a elaboração do documento com as propostas básicas do partido, destinado a se transformar na grande vedete do encontro do diretório nacional do PMDB marcado para dali a dez dias. Afinal, seria definida a nova forma de relacionamento entre o partido e o Poder e fixados os projetos a serem defendidos com intransigência. "Vamos cobrar mais na área econômica", alardeava o Líder Pimenta da Veiga. Mais aconselhável, talvez, seria no mínimo não ser tão enfático ou, quem sabe, lembrar daquele velho ditado que explica a importância da existência de um dia depois do outro.

"ENFEITE DE BOLO"

Para quem reconhecia em João Sayad um



"mero enfeite de bolo", não deve ter sido fácil digerir ao menos uma pequena fatia da grande "torta" que a Nova República havia preparado para comemorar, mesmo que com duas semanas de antecedência, o seu primeiro aniversário.

Numa brilhante demonstração de fisiologismo político, o então crítico senador por São Paulo, poderia muito bem aproveitar suas próprias palavras, apenas tomando o cuidado de alterar-lhes o sentido. Ao indicar o distanciamento que pretendia do Poder, Fernando Henrique antes aconselhava: "agora é preciso uma marcha a ré, não é por aí". A mesma frase, talvez, e que tinha a vantagem de já estar pronta, serviria ao senador para o mais rapidamente possível recuar de sua posição e dar uma marcha a ré, só que desta vez em direção ao Planalto.

E foi engatando uma violenta marcha a ré, digna dos mais exímios motoristas, que as autênticas lideranças peemedebistas esqueceram as divergências e saíram em bloco aplaudindo o pacote econômico decretado por um "ministério conservador", onde os mais "progressistas" podiam ser facilmente qualificados como "enfeites de bolo".

"O pacote é bom e vamos defendê-lo", dizia o senador Cardoso que mais tarde aceitaria, ao lado do também senador Gomes, justamente defender o governo Sarney na área econômica. Com um agravante: como Fernando Henrique é um especialista, tomou também para si a defesa do governo no que se refere à política externa.

Como um autêntico camaleão, o senador Fernando Henrique passava da ênfase da crítica ("A Nova República é a mesma velha República do passado", ou "O PMDB deve deixar o Governo e ir para as ruas", ou ainda "quem manda hoje é a ala moderada do Exército com a ala liberal do antigo regime e um grupo de amigos do Presidente") para uma segunda lua-de-mel com o Poder. Na reunião do diretório nacional de seu partido, ele próprio apontou o que considerava avanços da Nova República. Mas o desinteresse e enfado haviam se instalado em definitivo na pequena platéia que ainda se dispunha a assistir as metamorfoses partidárias num ato outrora convocado para se constituir no grande momento de rompimento com o Governo. Em outras palavras, em vez de pronunciar o prometido e sonoro "não" à Nova República, o PMDB abria seus braços numa corrida desabalada em direção ao Planalto.

E não só ao Planalto. A grande agilidade física do partido, tão bem ressaltada pelo Líder Pimenta da Veiga "o PMDB anda rapidinho". Lhe permitiu, inclusive não deixar escapar nem mesmo a possibilidade de contar em seus quadros com o malufista Prisco Viana, um dos fundadores do PMDB, ex-secretários geral do partido e Líder do PDS na Câmara no ano passado.

Dia 1º de fevereiro

— 260 FAMÍLIAS DE SEM-TERRA invadem quatro fazendas nas regiões Oeste e Centro-Oeste do Paraná e outras 150 acampam ao longo de uma rodovia a 350 km de Curitiba. Para o governador José Richa, do PMDB, "acampar em terras alheias não é uma forma inteligente de tentar pressionar o governo".

Dia 4

— O PREFEITO DE SÃO PAULO, Jânio Quadros, tira o dia para decidir sobre grandes questões: 1º) dilatar de três para cinco dias o prazo para a "eutanasia em câmara de vácuo" dos cães apreendidos sem placa de identificação; 2º) cortar a regalia dos bares, lanchonetes e restaurantes que podiam dispor suas mesas nas calçadas; 3º) determinar que as bancas de jornais da cidade sejam todas pintadas de cinza e não portem qualquer tipo de publicidade.

Dia 11

— A PREFEITA DE FORTALEZA, Maria Luiza, desce do palanque de onde assistia aos desfiles carnavalescos e repete o que já faz há cinco anos. Ela samba no asfalto, acompanhando blocos e cordões. Enquanto isso, em Brasília, o Comando Militar do Planalto tenta impedir o "Bloco do Pacotão" de cantar nas ruas o seu samba enredo "Je Vous Salue, Marly".

Dia 12

— COMISSÃO PROVISÓRIA de Estudos Constitucionais mostra mais um de seus desserviços, anunciando que encaminhará ao presidente Sarney proposta

de liberdade de criação de mais de um sindicato por categoria para uma mesma região.

Dia 14

— DECRETADA A LIQUIDAÇÃO do Montepio da Família Militar, com um passivo a descoberto de 4,9 bilhões de cruzados. O "Soldo de Coronel" prometido para as pensionistas varia hoje entre 120 a 300 cruzados, embora, para os coronéis, seja de mais de 15 mil cruzados.

Dia 15

— ASSASSINADO MAIS UM líder camponês. Claudiomar Rodrigues de Souza, que trabalhava no levantamento de injustiças no campo, é morto em Imperatriz, no Maranhão, por jagunços que continuam ameaçando seus parentes e amigos.

Dia 24

— JÂNIO QUADROS continua de vassoura em punho e demite mais 3.500 funcionários da Prefeitura de São Paulo. — CORONEL ALBERT PIERRE, chefe de polícia do ex-ditador do Haiti, o "Baby Doc", recebe asilo político do governo brasileiro. Nos três anos em que coordenou a repressão em Porto Príncipe, 'nosso' asilado assassinou mais de quinhentas pessoas.

Dia 6

— PRESIDENTE SARNEY se nega a receber em audiência, o ministro do Interior da Nicarágua, Tomas Borge, e o governo brasileiro também não decide se participa da Comissão de Vigilância da Fronteira nicaraguense com a Costa Rica.

A República dos Marajás



Existem, em todo o Brasil, 20 mil pessoas que acumulam 80 mil empregos públicos.

Um relatório, com dados como este, é do conhecimento do Palácio do Planalto, que sabe também de casos comprovados de alguns funcionários públicos que acumulam até vinte funções (leia-se salários) paralelos.

Possuir marajás, para quem se pretendia uma República Nova, seria, no mínimo pitoresco, se não fosse escandaloso. Afinal, tanto quanto se sabe, até mesmo as repúblicas velhas acabaram com os regimes autocráticos dos marajás indianos.

Brasil dá impunidade a torturador chileno

"O respeito do governo brasileiro à Lei, o impede de atender ao pedido para que o chileno Sérgio Arredondo, acusado de torturador, seja expulso do País."

Com esta afirmação, expressa em nota oficial do ministério da Justiça, o governo brasileiro tenta colocar um ponto final em qualquer iniciativa que vise a punição de um dos mais estreitos colaboradores do ditador chileno Augusto Pinochet.

Em 1973, depois do golpe militar liderado pelo general Pinochet, que depôs e assassinou o presidente Salvador Allende, o coronel Sérgio Arredondo participou do fuzilamento de 72 presos políticos do Chile.

Hoje, Sérgio Arredondo mora em São Paulo, onde representa a empresa estatal de cobre do Chile, e a pressão para sua expulsão do país vem sendo exercida por diversos movimentos de de-



fesa dos direitos humanos da América Latina e por grupos de familiares e amigos de presos políticos e desaparecidos chilenos.

No mês passado, um destes grupos pediu ao Embaixador do Brasil no Chile, José Carlos Ribeiro, a "entrega imediata" do coronel Sérgio Arredondo, para que "responda à Justiça, aos filhos, irmãos e pais dos executados e à sociedade inteira sobre o que foi feito a tantos chilenos em outubro de 1973 e sobre o paradeiro de seus corpos".

Brasil manda CZ\$ 150 bi de juros ao exterior este ano

Dados da própria Secretaria de Planejamento da Presidência da República indicam que no, ano passado, o Brasil pagou CZ\$ 78,9 bilhões de juros de sua dívida externa. Este volume de dinheiro (Cr\$ 78,9 trilhões antigos), corresponde a 37,6 por cento da poupança interna e a 5,8 por cento do Produto Interno Bruto.

Para este ano, a conta de juros está estimada em CZ\$ 150 bilhões, numa transferência para o exterior sem precedentes na história recente do Brasil.

No início dos anos 80, a transferência líquida de dinheiro para o exterior, descontados os recursos que entraram no País, não ultrapassavam 3,2 por cento do PIB e 18 por cento da poupança interna.

Somente com os 10,7 bilhões de dólares que o Brasil pagou em 1985 de juros da dívida, 1 milhão e 250 mil brasileiros poderiam ter sido empregados por ano, recebendo 1.200 cruzados mensais.

Empresários criam a "CUT" do capital

Para defender a preservação da iniciativa privada e da liberdade de mercado, lutar pela modernização do capitalismo brasileiro e reivindicar a redução da influência do Estado na economia, foi criada, poucos dias antes da decretação do pacote econômico do governo, a União Brasileira dos Empresários — UBE —.

A CUT dos empresários, como já vem sendo chamada, foi constituída pelo presidente da Confederação Nacional da Indústria, Albano Franco; das Instituições Financeiras, Roberto Konder Bornhausen; do Comércio, Antônio de Oliveira Santos; dos Transportes Terrestres, Hermínio Mendes Cavaleiro; e da Agricultura, Flávio de Brito.

Mesmo admitindo que a nova entidade representa interesses conflitantes de seus membros, todos os seus criadores são unânimes em pelo menos um ponto importante; a necessidade de chegar-se logo ao consenso da participação em bloco na Constituinte.

No dia da criação da UBE, o presidente da CNI, Albano Franco defendeu a necessidade de empresários e trabalhadores tornarem-se "parceiros, tendo em vista a realização de um projeto que sirva de base para o pacto social".

Em nota conjunta, os fundadores da União Brasileira dos Empresários afirmaram que sua criação "foi motivada pela evidente necessidade de organização das forças econômicas, que precisam estar preparadas para responder aquilo que a nação delas espera...".

PARA VENDAS DIRETAS:

Agora e na Hora de Nossa Morte (Carlos Alberto Luppi)	Cz\$ 40,00
Testamento sob a Forca (Júlio Fuchik)	Cz\$ 30,00
Intr. à Crít. do Direito do Trabalho (Tarso F. Cenro)	Cz\$ 35,00
Materialismo Histórico e Crise Contemporânea (Otto A. Ohlweiler)	Cz\$ 78,00
Problema Agrário (Lênin)	Cz\$ 23,00
Pedro Pomar (Luis Maklouf, João Amazonas e outros)	Cz\$ 40,00
Princípios de Economia Política (Lapidus e Ostrovianov) — 4 vol.	Cz\$ 66,00
A Psiquiatria Alternativa (Franco Basaglia)	Cz\$ 40,00
A Crise do Imperialismo e a Revolução (Nelson Levy)	Cz\$ 40,00
Revista Praxis nº 2.	Cz\$ 20,00
Lênin, Coração e Mente (Adelmo Genro Fº e Tarso F. Genro)	Cz\$ 30,00
A Falência da II Internacional (Lênin)	Cz\$ 21,00
A Comuna de Paris (Marx e Engels)	Cz\$ 16,00
1905 — Jornadas Revolucionárias (Lênin)	Cz\$ 21,00
O Papel da Cultura nas Ciências Sociais (Engels)	Cz\$ 24,00
Sobre os Sindicatos (Lênin)	Cz\$ 35,00
Últimos Escritos/Diário das Secretárias/Testamento Político (Lênin)	Cz\$ 21,00
O Direito -a Preguiça (Paul Lafargue)	Cz\$ 35,00
O que é uma Constituição (F. Lassalle)	Cz\$ 21,00
Ilusões Constitucionalistas (Lênin)	Cz\$ 35,00
Teoria & Política nº 1	Cz\$ 26,00
Teoria & Política nº 2	Cz\$ 26,00
Teoria & Política nº 3	Cz\$ 33,00
Teoria & Política nº 4	Cz\$ 32,00
Teoria & Política nº 5/6	Cz\$ 33,00
Teoria & Política nº 7	Cz\$ 32,00

CUT: E agora qual o caminho?

Apenas começava a Nova República em 85 e centenas de milhares de trabalhadores já iam à greve. Foram os primeiros enfrentamentos com os patrões no novo quadro político. Tiveram papel importante para elucidar o caráter da Nova República. Os erros cometidos foram frutos da incompreensão e de visões equivocadas sobre o significado da transição conservadora e, conseqüentemente, sobre as alterações realizadas na tática da burguesia. Constituíram-se, contudo, em experiências iniciais que, ao serem avaliadas, serviram, em certo sentido, para superar os equívocos. Depois, outras greves vieram. Envolveram milhões de trabalhadores, culminaram na campanha salarial unificada em São Paulo. A luta atingiu um novo patamar, cresceu a influência da CUT; fracassou a proposta de pacto social do governo Sarney.

Março, abril e maio são meses que, tradicionalmente, costumam escrever alguns capítulos da história do movimento sindical. Neles ocorreram lutas inesquecíveis. Foi assim em 78, 79, 80, . . . , e foi assim no ano passado. É que neste período concentram-se inúmeras campanhas salariais. Uma delas: a dos metalúrgicos do ABC. Somada a ela, a dos metalúrgicos de Porto Alegre e do vale dos sinos no Rio Grande do Sul, de Belo Horizonte, de Campinas, de São José dos Campos, e outras cidades do interior de São Paulo.

Além disto, incluem-se, também, as campanhas de outras categorias em outras tantas regiões do país. Da avaliação realizada em 85 e dos avanços alcançados, a plenária da CUT, realizada em dezembro, tirou a orientação de buscar unificar o mais amplamente estas várias categorias em torno da sua plataforma de lutas. A perspectiva apontava no sentido de um movimento radicalizado. O ABC paulista, por motivos óbvios, despertava expectativa generalizada. A Greve Geral ganhava corpo nos debates e reuniões preparatórias. O pacote econômico do governo surpreendeu os trabalhadores e os ativistas sindicais antes que as mobilizações efetivamente decolassem.

Um suspiro de alívio

A tensão que percorria os círculos burgueses foi, de súbito, sucedida por um suspiro de alívio. Os motivos da repentina tranquilidade o jornal O Globo, de propriedade de Roberto Marinho, se encarregava de esclarecer: "a reforma econômica do governo Sarney tirou o tapete de uma série de motivações



demagógicas e oportunistas que insuflavam as tensões salariais envolvidas no processo inflacionário".

Descontada a forma da linguagem, aliás típica, o fato é que Roberto Marinho percebia que o apoio de parcelas expressivas da população ao pacote desarticulava o movimento grevista em fase de preparação. Evidentemente, a data da decretação do "programa para a estabilização da economia" tem, entre outras determinações, relação direta com os dissídios dos próximos meses. Antecipando-se, o governo pretendeu tirar o fôlego do movimento.

E, de fato, a decorrência imediata advinda do pacote e do clima de "unidade nacional" criado em torno dele altera substantivamente o quadro. A iniciativa política que estava com os ativistas ligados à CUT muda momentaneamente de mãos. O governo, antes acuado, parte para a ofensiva. Não poupa esforços para tentar cooptar as massas. Os capitalistas, antes na defensiva, sentem-se bem mais "soltos" nas negociações. A campanha salarial no ABC e as demais, sofreram um nítido abalo. Perplexidade e dúvida transparecem nas palavras de muitos sindicalistas. Reverter esta situação é algo mais do que necessário. É vital para os rumos do movimento operário.

A estratégia de Sarney

Não é propriamente uma novidade a intenção do governo Sarney de quebrar a força crescente da Central Única dos

Trabalhadores. Pequena nota no jornal **Folha de São Paulo** afirmava que, com as medidas econômicas, o governo, após haver tirado a escada de Brizola, debelado

a crise do PMDB e reduzido às devidas proporções a oposição do PDS, passa a ter como objetivo prioritário, dentro da estratégia política neste ano eleitoral, o movimento sindical, para neutralizar a influência da CUT e do PT. O caráter independente da CUT, e sua postura combativa e oposicionista em relação a Nova República, mesmo com as vacilações de alguns de seus dirigentes, tem se constituído num obstáculo para a "paz social" tão necessária para a estabilização da Nova República. O momento é este, pensam governantes e seus membros. Aliás, neste sentido contam com preciosa ajuda: os dirigentes sindicais da CONCLAT, empenhados em construir uma central do peleguismo denominada CGT, deixaram de lado, qualquer constrangimento e agora sentem-se à vontade para defender abertamente o "governo das mudanças". Fizeram cena no início, de olho nas suas bases. Antonio Magri, presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo e admirador da AFL-CIO dos Estados Unidos, propôs, com ar sério, greve geral contra o pacote. Dia 7 de março, depois de 8 horas de reunião com Almir Pazzianotto, Magri, ainda com ar sério, e sob os aplausos do empresariado, adverte: "se o pacote der errado não é só o governo quem dança, mas os trabalhadores também". "Ato contínuo anuncia o apoio irrestrito da CONCLAT às medidas. Num dia, greve geral; no outro, apoio ao pacote. Estes paradoxos não inibiram os pelegos. Com ânimo redobrado, os pelegos lançaram-se em verdadeira "cruzada" contra a CUT, buscando recuperar o espaço perdido.

O quadro é mais complexo

A executiva nacional da CUT manifestou-se em oposição ao pacote logo após sua decretação. Ao propor a Greve Geral contra o pacote, a CUT, obviamente, o fez por motivos diversos da CONCLAT. Ao impacto procurou responder com impacto. Mas foi uma proposição no mínimo apressada. E o recuo posterior confirmou isto, além de evidenciar uma flagrante confusão. Não se trata de "engavetar" a bandeira da greve geral, mas de compreender que a alteração do quadro político, tornando-o mais complexo, exige uma mudança na abordagem do movimento e requer um processo de lutas e de experiências que "limpe" os olhos das grandes massas para que se possa repor a Greve Geral como palavra de ordem de ação. A reunião da direção nacional, realizada em Brasília nos dias 7, 8 e 9, reafirmou a posição contrária ao pacote e, através de uma nota, denunciou seu conteúdo. Mesmo assim, persiste um certo clima de apatia e receio entre dirigentes e ativistas sindicais. Superá-lo é condição para recuperar a iniciativa e se contrapor à ação do governo, dos capitalistas e dos pelegos.

O problema central

O processo político desencadeado com a transição burguesa-conservadora produziu um fenômeno da maior importância: constituiu-se uma camada de ativistas sindicais e políticos com uma posição anti-Nova República consolidada. O peso dado por Sarney ao combate às campanhas salariais revela seu temor em relação aos setores de ponta do movimento. A ligação destes ativistas com as categorias mais organizadas, visando unificá-las, é o problema central a ser equacionado. Trata-se de instrumentalizá-los para tal tarefa. Realizar reuniões, debates, plenárias, etc. Do resultado da luta dos bancários, que foram duramente atingidos pelo confisco salarial, dos metalúrgicos, em especial do ABC, além de categorias avançadas, dependerá, em grande medida, a capacidade de polarização das grandes massas, os rumos da disputa e a reinversão da atual correlação de forças.



AMANHÃ



AMANHÃ



AMANHÃ



AMANHÃ



AMANHÃ

Assine:

Desejo receber uma Assinatura do Jornal Fazendo o Amanhã. Para tanto estou enviando pelo Correio juntamente com este cupom um CHEQUE NOMINAL ou VALE POSTAL para a Agência Bela Vista em nome da Editora Outubro Ltda. Rua Santo Antônio, 446 - Conj. 91 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP: 01314 - Tel. 324685, segundo a seguinte opção:

- Anual (12 números) 60.000
- Anual Especial de Apoio 1... 200.000
- Semestral (06 números) 30.000
- Anual Especial de Apoio 2... 100.000

A PARTIR DO NÚMERO

Nome:

Endereço: Bairro:

Cidade: Estado:

CEP: Tel.: Profissão:



Govemos do estado: RADIOGRAFIA INICIAL

São Paulo é São Paulo. Por trás da questão aparentemente secundária da escolha do candidato a governador do PT paulista existe uma opção de importância nacional. Ocorre que, apesar do fato do "pacote" monetário tornar agora incerto um prognóstico sobre o potencial de crescimento eleitoral do Partido dos Trabalhadores ao nível de todo o país, o quadro eleitoral específico de São Paulo coloca, até o momento, o partido em condições de disputar o Palácio dos Bandeirantes. Isto em função das fraquezas das candidaturas que estão postas pelas demais legendas e da tradição no estado.

Pelo PMDB, deve concorrer o senador Orestes Quércia. Eleito em 78 graças à enxurrada do "voto de protesto", teve um mandato obscuro aos olhos dos milhões que o elegeram. Junto ao eleitorado mais bem informado, é tido como um político fisiológico e sobre o qual pesam casos não esclarecidos de corrupção. Não dispõe nem mesmo daquela aura "mudancista" e de modernidade que tinha Fernando Henrique Cardoso. Além do mais, o PMDB tem contra si o enorme desgaste de Montoro, difícil de reverter, mesmo havendo uma melhoria de imagem da Nova República.

Pelo PDS, está em campanha o notório Paulo Salim Maluf. Execrado nacionalmente como personagem-símbolo da velha ditadura militar, e com seu oposicionismo de direita esvaziado pelo recente "pacote", que contou com o apoio de todos os expoentes do ultra-conservadorismo e cabos eleitorais seus como Delfim Neto, Maluf apostou, assim mesmo, numa divisão geral do eleitorado que lhe permita disputar com o apoio de um terço dos votos totais. Neste sentido, ameaça reeditar o lema do velho adermismo: "rouba, mas faz".

A candidatura Olavo Setúbal não resistiu à atropelada de José Maria Marin na recente convenção estadual do PFL, tirando na última hora do ex-chanceler a presidência da agremiação no estado, e dando a entender que o mesmo poderia ocorrer, depois, na oficialização da própria candidatura a governador. Marin, um malufista histórico, não passaria, segundo comentários, de um agente a serviço de Paulo Salim. De qualquer forma, Setúbal está fora do páreo.

Durante um certo tempo, especulou-se com a possibilidade de uma candidatura forte do PDT saída dos "progressistas" do PMDB, sendo o nome mais cogitado o de Almir Pazzianotto. Esta hipótese morreu. O "pacote" monetário reunificou o PMDB, deu um "cala-boca" nos seus "progressistas" e mostrou que este progressismo é um tanto quanto relativo. Almir, comprometido até o pescoço com a reforma de Sarney, deixa de ser, definitivamente, a sonhada alternativa de Brizola para São Paulo.

Assim, a menos que exista alguma alteração imprevista, o quadro das candidaturas faz prever uma divisão de votos no eleitorado mais conservador, entre a candidatura de direita de Maluf e a de "centro" de Quércia, esta provavelmente enfeitada com um "progressista" de vice. Há assim um grande espaço à esquerda para o PT ocupar, sem a concorrência do PDT. Nesta fragmentação eleitoral, torna-se viável uma vitória com maioria apenas relativa, de um terço dos votos, aproximadamente. No caso de eleição em dois turnos, iria depender de qual a outra candidatura mais votada. Em se tratando de Maluf, o candidato petista continuaria com boas chances, no segundo turno.

Nestas circunstâncias, a disputa no PT em relação à candidatura a governador adquire um novo significado. Não se trata apenas do peso especial que o candidato ao governo estadual tem na campanha do partido e da influência política geral que ele pode criar. Trata-se de como trabalhar com aquela possibilidade, limitada, mas real, de vitória.

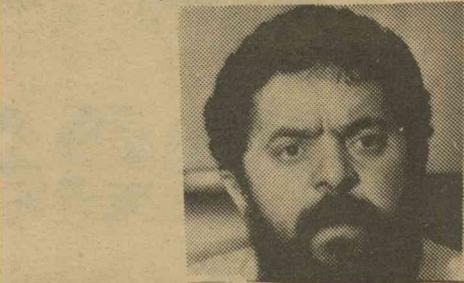
Surge, de imediato, uma primeira grande opção política a ser feita, quanto à linha da campanha: uma campanha marcadamente de esquerda, para consolidar e desenvolver o eleitorado operário-popular petista, atrair pelo esclarecimento político setores populares que em 85 se iludiram com o jânismo e disputar o segmento mais esclarecido e progressista da classe média, sobretudo a juventude, ou uma campanha de "centro-esquerda", contando com a fidelidade e a falta de opção à esquerda dos trabalhadores petistas, trazendo uma parte dos que votaram em Jânio sem contrariar seus valores conservadores e penetrando na classe média peemedebista despolitizada sem ferir o seu espírito preconceituoso e retrógrado.

No tipo de disputa que tende a haver, a primeira opção, de uma campanha marcadamente à esquerda, é não só a que permite uma acumulação de forças de massa, em termos de elevação do nível de consciência, de organização e de luta da população trabalhadora durante o próprio processo eleitoral, mas também a que oferece maiores chances de vitória, porque ocupa o grande espaço que existe exatamente à esquerda. A segunda alternativa, de uma campanha de "centro-esquerda", além de representar uma desacumulação só é mais ampla eleitoralmente ao nível aparente e ilusório. Termina por embaralhar com o PMDB e deixa um vazio à esquerda, dando margem à dispersão, à fragmentação e à desorientação desse eleitorado mais avançado. A experiência vitoriosa da candidatura Maria Luíza, ano passado em Fortaleza, demonstrou cabalmente que, num quadro de divisão eleitoral das classes dominantes ao nível local, o melhor caminho, política e eleitoralmente, é o de esquerda.

A escolha do candidato a governador passa por três fases: uma consulta, em que os filiados votam por Diretório e este indica os cinco primeiros colocados, soma-se estas indicações em todo o estado e os mais indicados seguem disputando; uma prévia entre estes pré-candidatos, com voto em urna, simultâneo, dos filiados estadualmente; e, finalmente, o encontro ou convenção, que definirá qual o candidato.

Na consulta da primeira fase, em 132 Diretórios, Eduardo Suplicy teve 124 indicações, Plínio de Arruda Sampaio 57, Lula 53, José Genoíno 52 e Jacó Bittar 30. Pelo número de votos de cada um, a colocação muda: em 2.752 votos, Suplicy alcançou 1.209, Lula 379, Genoíno 265, Plínio 224 e Jacó 184. Ou seja, Suplicy obteve uma maioria muito ampla e se estabeleceu em empate virtual entre Genoíno e Plínio. Os resultados de Lula estão condicionados pelo fato dele não querer concorrer ao governo estadual.

Nestes números, um dado importante é o índice de indicações e de votos do deputado federal José Genoíno, obtendo, junto às bases do PT, o reconhecimento pelos méritos do seu mandato parlamentar e pela firmeza, coerência e respeitabilidade de suas posições, superando, com esses resultados, as pressões no sentido de desqualificar seu nome pelo fato



de ser, reconhecidamente, um comunista militante.

Mais surpreendente, porém, é o fato de que, apesar da enorme supremacia de Suplicy na consulta, figuras influentes no interior do PT passaram a tentar reverter este favoritismo em favor de Plínio Sampaio. O primeiro passo consistiu em tentar esvaziar o forte efeito pró-Suplicy dos resultados da primeira fase e passar rápido à segunda etapa, sem nem mesmo completar a tabulação dos números da consulta, como se esta fosse um mero levantamento de nomes sem quantificação e, ao mesmo tempo, situar a disputa apenas entre Suplicy e Plínio, desconsiderando Genoíno, apesar deste ter praticamente empatado com o segundo. Depois, como passo complementar, buscar, na preparação da prévia, fortalecer Plínio, assessorando-o nos debates e trabalhando seu nome nas bases.

A viabilização da candidatura de Plínio de Arruda Sampaio envolve problemas sérios para os destinos do PT. Trata-se de um político de trajetória controvérsica: originário da democracia-cristã, participou, no passado, nos governos de Jânio e Carvalho Pinto; no Chile, ligou-se com o PDC de Eduardo Frei, a principal força política de oposição ao governo Allende; foi Tesoureiro da Executiva Estadual do PT até fins de 82, a partir de quando praticamente deixou de atuar no partido, na sua etapa mais difícil, retomando só em 85. Neste intervalo, prestou assessoria a projetos da administração Montoro; no debate que antecedeu a questão do Colégio Eleitoral, não definiu posição, apesar de dispor sempre de espaço na grande imprensa; no começo do governo Sarney, defendeu publicamente o "apoio crítico" ao PNRA, a pseudo-reforma agrária da Nova República. Ou seja, é aquilo que se denomina um quadro orgânico, com uma doutrina, um projeto político e poderosas forças lhe apoiando. É homem de confiança da alta hierarquia da Igreja (o cardeal Arns apoiou-o em declaração ao "Jornal do Brasil"), a mesma hierarquia que, contrariando os sentimentos dos católicos progressistas, dá apoio ao "pacote" monetário, prega censura a obras de arte e coloca a sua posição contrária à legalização do aborto como divisor de águas para a eleição dos futuros deputados-constituintes. Sua candidatura contaria também com o respaldo de setores do PMDB identificados com a cúpula da Igreja, como José Gregori, e, partindo deles, procuraria atrair outros peemedebistas desgostosos com a candidatura Quércia, segundo articulistas da "Folha de S. Paulo".

Uma hipotética administração Plínio em São Paulo tenderia a forçar uma redefinição do PT no sentido de torná-lo um partido praticamente integrado à transição, desfigurando sua característica combativa. Isto, se consumado, teria um efeito devastador em relação às amplas bases esquerdizadas do Partido dos Trabalhadores, instalando entre elas a desilusão, a frustração e a falta de perspectivas. O enquadramento deste partido, representaria um golpe profundo no acúmulo para uma alternativa à transição burguesa.

Suplicy não é propriamente um homem de esquerda como ficou claro na campanha do ano passado. Seus valores político-ideológicos situam-no mais como um liberal avançado. Todavia, ele se colocou contra a ida ao Colégio Eleitoral, manteve postura oposicionista frente à Nova República, inclusive agora diante do "pacote", está presente nas greves e movimentos e tem uma história pessoal positiva, desde os tempos da resistência à ditadura. Caso venha a assumir o governo estadual, não existe segurança de que, venha a fazer uma administração à esquerda. Mas, dificilmente se colocará contra os movimentos e certamente terá um comportamento anti-corrupção, coisas que, apesar de limitadas, já representam fatores de crise potencial para a estabilidade da transição, por se tratar do governo de São Paulo, sendo lícito supor que isto preocupa desde já os estrategistas da burguesia e as Forças Armadas.

A melhor candidatura, política e eleitoralmente, seria a de Genoíno. Enfrenta, porém, oposição de setores influentes do PT, que alegam o fato de que seu nome "ideologizaria" a disputa eleitoral, pela sua condição de ex-guerrilheiro e militante revolucionário, e isto estreitaria a penetração junto ao eleitorado menos esclarecido. Este raciocínio traz implícita uma linha de campanha de adaptação a valores atrasados existentes na população, ao invés de se propor a ganhar politicamente as pessoas, fazendo-as superar preconceitos e posições. De qualquer forma, a pré-candidatura de Genoíno tem um papel muito importante como elemento politizador, no sentido de fazer avançar a linha de campanha, o programa político-administrativo de governo e o próprio perfil para o candidato final. A sua presença, nos debates, representa a legitimação plena das posições mais à esquerda na vida do partido. E, ao polarizar com as posições de Plínio Sampaio, permite demonstrar para mais petistas o caráter inaceitável desta candidatura, mantendo, ao mesmo tempo, um posicionamento independente do de Suplicy.

Afinal, o que significa o novo pacote

Alguém referiu-se ao pacote do governo como uma "guinada histórica". Se pretendeu apenas uma frase de efeito, de fato, terminou por expressar uma verdade que, provavelmente, se desenrolará diante de nós nos próximos períodos. Refiro-me aqui não aos fiscais de Sarney", as declarações solenes de Dilson Funaro e João Sayad ou ainda as lágrimas da professora Maria da Conceição Tavares na TVE. Tampouco desejo abordar, pelo menos substancialmente, os aspectos políticos do pacote que vão desde o vertiginoso ascenso da popularidade de Sarney, a rápida recomposição das fraturas e rugas entre a Aliança Democrática, as perplexidades de várias personalidades políticas que em um dia não pouparam críticas as medidas, para "24 horas depois afirmar que não devíamos ter medo de admitir os aspectos bons do pacote", sem contar as posições que avaliam o pacote não como uma totalidade, mas propõem uma pitoresca política de ora colocar-se ao lado dos seus aspectos positivos ora criticar duramente e com toda a "radicalidade" seu perfil maléfico. A partir daí, talvez se originasse um interessante jogo de zigue zague, jamais uma política consequente. Política que, exatamente teria de formular uma visão de conjunto do pacote, para então, com maior agudeza e profundidade incidir sobre aqueles aspectos particulares que até podem aparecer como ângulos benéficos do pacote, a fim de demonstrar que essa "aparência boa" está inserida e faz parte integrante de uma totalidade que possui uma coluna vertebral e uma lógica que não podem ser fragmentadas sob pena de tomarmos aquilo que é uma parte como se fosse o todo e não percebermos que aquela "aparência boa", considerada isoladamente, na verdade, não define, nem pode definir a essência profundamente reacionária das medidas do governo. Portanto, é a partir de uma visão desta essência que devemos traçar uma política. Não desconhecemos que existe hoje um debate entre o movimento operário e popular no sentido de fragmentar a atividade política, ora apoiando-o, ora negando-o. A raiz mais geral desta postura é exatamente a incapacidade de pensar o pacote como um todo e de supor que a ação política não

passa do mero ativismo que tem sempre como seu "horizonte" os problemas surgidos do cotidiano. Não supõe a política como a atividade que apenas toma como base o cotidiano para negá-lo, buscando nesta negação a afirmação de um projeto que caminhe no sentido da história.

Apenas demorei-me sobre este aspecto porque parece-me ser esta a forma com que, de maneira geral, está sendo abordado o pacote. A expressão disto não é apenas a proposta de constituir as brigadas de Sarney, mas também na maneira fragmentária com que se discute suas diversas partes: cálculos dos índices, galitão da escala móvel, salário desemprego, fatores para cálculos de aluguéis e assim por diante. É desnecessário assinalar a importância de que se discuta isto, inclusive, obviamente, denunciando os verdadeiros absurdos demagógicos como é o caso, por exemplo, do seguro-desemprego, mas, repito, como aspectos de um todo que transcende a isto e tem como disse no início, consequências históricas.

Em primeiro lugar, o que devemos esclarecer é que o pacote

não surgiu da noite para o dia, como resultado das boas intenções do Ministro Funaro, Sayad e os demais assessores econômicos do Presidente. Não lhe ocorreu em um determinado dia, possuído por uma santa fúria acabar com o demônio da inflação, e, ato contínuo reduzir drasticamente as atividades no mercado de capitais, buscando redirecionar a economia no sentido de recuperar sua capacidade produtiva.

Por certo outros sinais bem mais eloquentes e concretos motivaram a reforma. Por exemplo, a recente falência do Maisonave, Auxiliar e Comind, o fato de que em apenas um ano mais de 80 bancos também foram por águas abaixo nos Estados Unidos, as reiteradas advertências de vários economistas afirmando que, em todo o mundo, os bancos deviam investir na capacidade produtiva das empresas. O fato de que os bancos centrais do Japão e dos Estados Unidos, juntamente com a Alemanha Ocidental, a França e a Holanda reduziram as suas taxas de juros na primeira operação articulada realizada internacionalmente em todo o

mundo.

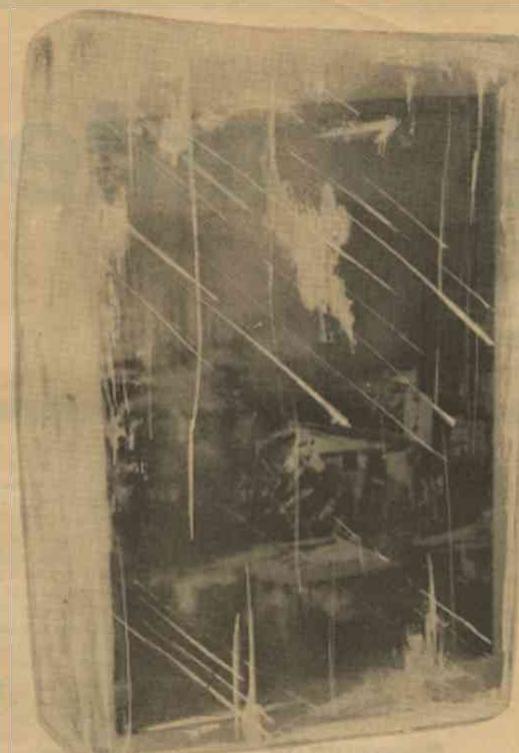
Além disto, no Brasil o que se processava era uma verdadeira orgia de papéis girando numa atmosfera autônoma, completamente despregada da produção e gerando lucros com maior valor velocidade do que aqueles da indústria e a taxas cada vez mais elevadas. Nesta situação é que vários capitalistas brasileiros, ao invés de x investirem na capacidade produtiva de suas empresas, preferiram apostar no mercado de capitais. Ora, o que se gerava disto era uma delirante ciranda onde os papéis já não representavam nenhum valor já que "a hipertrofia do sistema financeiro e a correlata ampliação do grupo de rentistas, ou seja, dos capitalistas que, sendo proprietários de capital-dinheiro e dos mais variados títulos de valor (capital fictício) não estão vinculados a esfera da produção e que, assim se tornam a expressão do mais refinado parasitismo. A continuada expansão dos ganhos fictícios — portanto estritamente financeiros — na forma de juros não só exacerbou o caráter rentista a que chegou o sistema, mas ademais acaba pondo em risco a própria estabilidade de ordem capitalista. Não há outras fontes para os ganhos do capital, consequentemente para sua possibilidade de expansão do que a mais valia extorquida no processo de produção, de sorte que o limite da taxa de juro é necessariamente a taxa de lucro gerada no setor produtivo". (Otto Ohweller, pág. 12)

Ao mesmo tempo que é necessário que se mantenha esta relação entre a taxa de lucro extraída na produção e a taxa de juro vigente na esfera da circulação financeira, é necessário também que o montante de dinheiro lançado no processo de circulação, a fim de realizar operações comerciais, seja determinado pela soma dos preços das mercadorias que circulam.

Este afastamento entre a taxa de lucro extraída na produção e a taxa de juro existente no mercado financeiro aprofundou-se através de dois processos: no âmbito da circulação é necessário que o montante de dinheiro seja determinado pela soma dos preços das mercadorias. No entanto, como as operações se dão de várias formas onde o dinheiro realiza operações diversas, simultâneas ou paralelas, onde o

dinheiro faz as vezes um número maior de movimentos, as vezes um número menor. Ora, deste processo desigual é possível extrair-se a velocidade média realizada por uma peça isolada ou a velocidade média da circulação do dinheiro. Ocorre contudo que estabeleceu-se uma espécie de solidariedade entre as peças: toda a vez que aumenta o número de movimentos de uma peça monetária as outras tendem a diminuir ou mesmo sair de circulação, na medida mesmo que esta só pode absorver um montante de dinheiro que andando a velocidade média do dinheiro poderia realizá-la toda, ou então a medida que aumenta a velocidade média da circulação do dinheiro ela tende a realizar-se com uma menor soma de dinheiro mas girando a uma velocidade maior.

Neste sentido, sempre que é aumentada acima da velocidade média da circulação do dinheiro, a tendência é existir uma concentração de mercadorias e uma rapidez maior em concluir-se o curso da circulação. Neste mesmo sentido é deslocado para a periferia uma massa de dinheiro que, necessariamente tende a desvalorizar-se na medida que a velocidade de seu movimento tende a decrescer. Além disto ao ocorrer um processo de inflação, isto é, o montante de dinheiro emitido é maior do que o necessário da soma dos preços das mercadorias, imediatamente o dinheiro desvaloriza-se porque a sua velocidade média para a realização daquela soma será muito menor. Em outras palavras é preciso mais dinheiro, porque sua velocidade de circulação é muito baixa, para adquirir a mesma mercadoria. Paralelamente ao fato do governo ter lançado ORTNs, a fim de captar recursos para realização de suas obras instituiu-se um verdadeiro fascínio pela especulação financeira. Para se ter uma ideia, e prescindindo nos investimentos em ORTNs, o aumento acima da velocidade média da circulação do dinheiro drenou recursos, para todas as instituições financeiras. Em 1970 a 1973, relata Adroaldo Moura da Silva, presidente da Comissão de Valores Mobiliários, cada unidade monetária administrava 6 produtos. Já em 1983/85 cada unidade monetária administrava 32 unidades de produtos.



socialmente gasto para sua reprodução é fundamental que este valor seja baixado. Não é outra a razão para os diversos programas agrícolas e as intenções manifestas de manter baixo os juros para a agricultura a fim de aumentar a produtividade.

Apenas daí o capitalismo brasileiro conseguirá acumular capital para avançar, caso contrário sua crise apenas tenderá a se aprofundar. Portanto a proposta de congelar os preços não deve aparecer como tão radical assim. Ao contrário, teria que ser uma das primeiras a ser tomadas. O congelamento dos preços é também uma decorrência dos baixos salários e do fim da especulação financeira. Por outro lado, busca-se aproximar as taxas de juros das suas correspondentes taxas de lucro, a fim de que não se processe aquele "cor-te" entre o capital financeiro e o capital industrial. Cabendo ao primeiro rodopiar no vazio, enquanto ao segundo não possuir estímulos para a produção.

Em última análise do ponto de vista econômico o pacote não significa nada mais nada menos do que a tentativa do capitalismo brasileiro alcançar um novo patamar de acumulação. Uma nova fase, onde tudo indica que poderá estreitar-se a aliança entre a burguesia industrial e os banqueiros. Neste momento parece excluída, por enquanto a burguesia comercial, mas que, também logo poderá vir a compor esta "santa aliança".

Estes impasses que já se detectam entre, por exemplo, as montadoras e os fornecedores de seus produtos, entre algumas frações da burguesia financeira e a industrial, serão brevemente solucionados. Neste sentido, parece-me lícito afirmar

que, de fato, cristalizou-se a aliança de classe que a Nova República representa. Se Tancredo foi necessário para articular politicamente a transição, o projeto econômico que está se esboçando configura uma nova etapa do capitalismo nacional, onde desenhavam-se com nitidez um sólido acordo econômico entre aqueles que há um ano atrás fundaram politicamente a Nova República e agora a consolidam economicamente. A burguesia lucidamente uniu-se em torno de um projeto e já demonstrou todo seu empenho em executá-lo.

É lícito supor ainda que esta articulação econômica separa-se radicalmente do que significou em termos econômicos o regime militar, dando, no meu entendimento, pleno sentido ao conceito de democracia dos monopólios. Por último quero apenas assinalar que suas tendências não aparecem apontar para recessão industrial, em função do congelamento dos preços na medida mesmo que a mais valia recolhida entre os setores operários será canalizada para os setores de ponta das forças produtivas como a informática. Eis aí um projeto que poderemos dar o nome que quisermos mas que tem todas as chances de constituir-se em uma nova etapa do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, constituindo-se efetivamente em uma alternativa para as classes dominantes.

Os desafios políticos que se colocam a partir desta nova realidade são comparáveis a vontade de enfrentá-los.

Mesmo porque a radicalidade da transformação que sofremos com esta Nova República é semelhante aquela que presenciamos 64.



Haiti:

Jogada antecipada, porém...

Madrugada do dia 7 de fevereiro, um avião da Força Aérea Norte Americana aterrissa no aeroporto de Porto Príncipe, capital do Haiti. Tinha uma missão a cumprir: retirar do país o "presidente vitalício", Jean Claude Duvalier, o *Baby Doc*. Não houve nenhum distúrbio no percurso até o aeroporto. E pouco depois o ditador do Haiti, que governara por 15 anos o país, à base do terror e da selvageria, abandonava tranquilamente o país. Levava como pagamento pelos "serviços prestados" cerca de 800 milhões de dólares entre propriedades e contas bancárias na Suíça. O governo Reagan podia sorrir satisfeito. Terminara com o maior sucesso a estratégia que concebera de substituir *Baby Doc*, logo depois que iniciaram as primeiras rebeliões contra ele.

A serenidade que envolveu o abandono do poder por *Baby Doc* constituía, de certa forma, um paradoxo diante da maneira como a "dinastia" Duvalier, havia exercido o governo ao longo de 30 anos. Sustentara por um aparato de espionagem e violência política denominado de *tontons macoutes*, um corpo para-militar, composto de 15 mil homens e muito mais poderoso que o Exército, os Duvalier viveram sem muitas preocupações ou receios. Os *Tontons Macoutes* gozavam de privilégios que iam desde a isenção de pagamentos na aquisição de produtos, até a mais absoluta impunidade política e criminal, em quaisquer casos, inclusive (ou principalmente) nos de tortura ou de assassinatos.

Neste quadro, não há nada a estranhar que o ex-chefe da polícia-política de Duvalier, Albert Pierre, tenha no seu currículo inumeráveis casos de tortura e mais de 500 mortes, isto tudo em um período de três anos apenas. No caso de Pierre, expressa a regra no Haiti de *Baby Doc*: a rotina, da violência e do morticínio. Os *tontons macoutes* eram os alicerces e ao mesmo tempo as engrenagens que colocavam a rodar esta rotineiramente máquina ensandecida, que rodeava e protegia *Baby Doc*.

A fórmula da negociação

E, naquela madrugada de fevereiro em que *Baby Doc* e sua corte embarcaram no avião dos EUA, parecia que ali terminava um regime arquitetado desta forma, símbolo, por si só, da opressão e da brutalidade. A fórmula da negociação, conduzida pelo governo Reagan, e a solução "pacífica" a que se chegou, sem dúvida contribuíam para a amenidade do clima de despedida.

Porém, o caminho escolhido por Reagan, que produziu esta solução política "civilizada", não pode esconder o fato de que, os EUA foram a sustentação no plano político e

econômico, de toda a ditadura duvalierista. É claro que esta sustentação possuía humanitárias ajudas econômicas dos EUAS e estavam condicionadas "a constatação de reais progressos na questão dos direitos humanos". Aliás, poucos dias antes da queda de *Baby Doc* o governo Reagan aproximava-se de uma situação destas: para obter do Congresso a autorização dos 56 milhões de dólares que desejava para o Haiti, Reagan necessitava provar que o regime de *Baby Doc* havia ficado mais democrático e respeitador dos direitos humanos. Tarefa que já seria difícil de cumprir em "tempos normais". Imagine-se em um momento de crise, onde com a proliferação de manifestações, greves, atos de protesto os *Tontons macoutes* "inclusive" não hesitavam em metralhar a população desarmada.

Abandonando o aliado

Com a multiplicação da revolta, os conflitos se generalizando em todo o país, as principais cidades convulsionadas e as multidões possuídas por um sentimento de ódio profundo à *Baby Doc*. "Estamos cansados de viver como animais enquanto Duvalier anda em carros-esporte e a mulher dele coleciona casacos de pele..." esta frase, recolhida por um repórter na rua, dizia tudo. Neste quadro, sequer se tratava para o governo Reagan de travar uma balharha congressual em torno do auxílio econômico à Duvalier, arrolando argumentos sobre os nobres sentimentos dos *tontons macoutes*. Tratava-se, isto sim, de formular uma estratégia política que respondesse a situação. Ainda mais que a Igreja Católica também passara-se para a oposição: os púlpitos transformaram-se em tribunas políticas exigindo o fim de Duvalier.

Imediatamente Reagan abandona a idéia de sustentar *Baby Doc* e inicia as negociações para substituí-lo. O exemplo da Nicarágua, como se vê, transformou-se em lição permanente. Além do que o Haiti representa uma posição estratégica importantíssima, de frente para Cuba e a apenas mil quilômetros de Miami. Não seriam necessários argumentos mais convenientes para que os Estados Unidos rompessem uma "amizade" de trinta anos, transformando seu antigo e fraternal aliado num pitoresco e luxuoso pária. O lucro de Reagan era duplo: ao propor a substituição de *Baby Doc*, aparecia aos olhos do mundo como um defensor da democracia contra os regimes ditatoriais, além disto antecipava-se a

situações que poderiam desembocar em revoluções, ou, como constituindo acordos entre as elites dominantes a fim de seus interesses fossem essencialmente preservados.

Os vários interlocutores

O caso do Haiti é típico neste sentido. As negociações desenvolvidas pelos Estados Unidos envolviam uma gama de interlocutores que iam desde o próprio *Baby Doc*, os militares a Igreja Católica, a Embaixada da França, os políticos, ligados à *Baby Doc*, mas que concordavam com sua partida e ainda os representantes mais diretos dos *tontons macoutes* preocupados, principalmente, com as garantias que poderiam lhes ser asseguradas pelo novo governo que substituiria *Baby Doc*.

O resultado desta intrincada negociação foi uma "junta governativa", que recebeu o nome de Conselho Nacional de Governo, composta na sua imensa maioria de personalidades ligadas ao governo anterior de *Baby Doc*. O general Henry Hamphy intimo colaborador, os coronéis William Regala, Max Valles altos funcionários da ditadura, e Proper Avril um dos guarda costas de Duvalier, juntamente com os civis Gerard Gourgue e Alix Cineas amigo pessoal de *Baby Doc* e um dos ministros do governo deposto. Entre estes, apenas um, Gerard Gourgue, não havia feito parte do governo de *Baby Doc*, presidindo durante vários anos a Comissão Haitiana de Direitos Humanos é a única figura de oposição à ditadura presente no atual governo.

Fim do primeiro round

Ao que tudo indica o governo Reagan venceu: conseguiu neutralizar as causas imediatas da rebelião (a permanência de *Baby Doc*), antecipando-se, portanto, a possíveis e imprevisíveis conseqüências. Ao mesmo tempo constituiu um governo que defende os seus interesses, sem os incômodos que já lhe causava a presença do ditador. Além disso conseguiu um aliado importantíssimo: a Igreja Católica, cujo poder e influência são indiscutíveis, a fim de debelar eventuais focos de



Filipinas:

Refazendo alianças.



(veja pág. 10)

insatisfação com o novo governo passou a aconselhar nos sermões dominicais a que a população não esqueça a virtude da paciência e dê tempo ao novo governo para que demonstre os méritos que possui.

Entretanto, esta pode ser apenas uma vitória de primeiro round para Reagan. As contradições que já se manifestam entre as próprias frações dominante, como, principalmente o sentimento de rebeldia que existe e que parece acender-se cada dia um pouco mais na população contra aquilo que é denominado o "duvalierismo sem duvalier", as milhares de autoridades, atos funcionários da burocracia, etc, etc, que permanecem no novo governo. Além disto, dois dias após a constituição do Conselho Nacional do Governo e de um pronunciamento do General Mamphy prometendo restabelecimento das liberdades públicas e da convocação de eleições, os portões das cadeias foram derrubados e os presos políticos libertados.

Final Feliz?

Além disto cinco mil pessoas utilizaram centenas de veículos para bloquear a pista do aeroporto e impedir a saída de colaboradores do antigo regime. Os manifestantes estão em todas as partes da cidade protestando contra a proteção que os *tontons macoutes* vem recebendo. Aliás, segundo se noticia setecentos deles estão abrigados nos porões da Maison Blancke, residência do governo em função de um acordo realizado para a troca de governos. Se estas notícias forem confirmadas não é de se estranhar que, a exemplo, do que já foi feito com as residências de Luc Desir, ex-chefe da polícia secreta e com a de Madame Max ex-comandante dos *tontons macoutes*, ambas invadidas e dizimadas, o mesmo aconteça com os porões do palácio governamental.

Estes fatos são indicativos que nem tudo parece já ter chegado a um "final feliz" para Ronald Reagan. Talvez muito em breve abra-se o segundo round desta luta, cujos resultados podem resultar desagradavelmente inesperados para o governo dos Estados Unidos.

Existem várias semelhanças que podem ser estabelecidas entre a política de Reagan para o caso do Haiti e das Filipinas — a mais imediata e superficial é o rompimento com aliados tradicionais dos Estados Unidos — existe, contudo, uma diferença que vale a pena assinalar.

No caso do Haiti, a iniciativa em substituir *Baby Doc* foi e desde logo assumida claramente pelos EUA. Foram da embaixada norte americana que saíram, sem hesitação, todas as propostas de negociação com as várias forças políticas, e obviamente com o próprio Duvalier, para que ele abandonasse o poder. Assim como foi também com interferência direta dos EUA que constituiu-se o novo governo. (veja pág. 10)

No caso das Filipinas, os Estados Unidos não se mostraram tão decididos a substituir seu velho, desgastado e corrupto aliado Ferdinando Marcos, por um novo governo que, antecipando-se a própria insatisfação popular, aliás já manifestada, resguardasse os interesses norte americanos. Ao contrário, mesmo depois de um processo eleitoral onde Marcos vence a Corazon Aquino baseado nas mais escandalosas fraudes — fato denunciado por uma comissão de deputados americanos que foram observar as eleições — Reagan ainda vacila: Fala em constituir um forte sistema bipartidário e conclama a unidade dos dois candidatos a fim de formarem um governo viável e sem violência. Apesar de reconhecer a fraudulência das eleições, Reagan, reconhecia também a vitória de Marcos. E desta sinuosa posição pretendia extrair uma política: manter Marcos na presidência, mas obrigá-lo a governar com as forças de oposição: Corazon Aquino, setores das Forças Armadas; representantes da Igreja Católica. Para tanto, Washington contava com um hábil negociador, Philip Habib e com um forte argumento: cortar a ajuda militar americana as filipinas. CERIMÔNIA MELANCÓLICA

Marcos não teve tempo de dar uma resposta. Quase simultaneamente a campanha de desobediência civil, comandada por Corazon Aquino e que reunia milhões de pessoas, espouca uma rebelião militar liderada pelo general Fidel Ramos e apoiada por Juan Ponce Enrile, Ministro da Defesa do governo de Marcos, um dos homens mais poderosos das Filipinas. Os dois movimentos encontram-se e confluem para um mesmo objetivo: por um fim a ditadura de Ferdinando Marcos. Corazon Aquino é proclamada presidente do país numa cerimônia que antecedeu de 4 horas a posse oficial de Marcos; uma cerimônia melancólica, onde praticamente só compareceu sua família!

Apenas neste momento, os Estados Unidos parecem então abandonar a hesitação. Pressionam diretamente a Marcos para que abandone o poder. Em troca asseguram-lhe uma saída honrosa. "Ele não será tratado como Duvalier", afirmam os assessores da Casa Branca numa alusão clara ao "abandono" que foi relegado *Baby Doc*. Neste caso a única semelhança entre o caso de Duvalier e de Marcos é que os Estados Unidos colocariam a disposição também um avião da sua Força Aérea. Porém,

a derrota de Marcos e sua fuga do país, seria interpretada, segundo fazia questão de afirmar Washington, "como um ato de grandeza a fim de evitar derramamento de sangue entre irmãos". No entanto, entrincheirado no palácio presidencial com a família, o ditador afirmava que possuía o controle da situação, que seria empossado segundo todas as previsões. Conclamava também todos seus amigos a que se reunissem em torno dele, ao mesmo tempo que recusava o pedido de renúncia feito pelos Estados Unidos. Disse que recorreria a todos os meios para manter-se. "A brincadeira acabou", afirmou referindo-se a rebelião contra seu governo.

O INÍCIO DA "BRINCADEIRA"

E, no entanto, a "brincadeira" recém havia começado. Poucas horas depois vários governos, inclusive o dos Estados Unidos Corazon Aquino como presidente do país. Nesta situação palavras do vice-presidente Georges Bush, saudando o início de mais um mandato de Marcos. Em julho de 1981 evidenciavam toda sua ironia: "Nós amamos sua adesão aos princípios democráticos. . . Estamos ao seu lado e jamais o deixaremos isolado." Nada como um ano depois do outro. . .

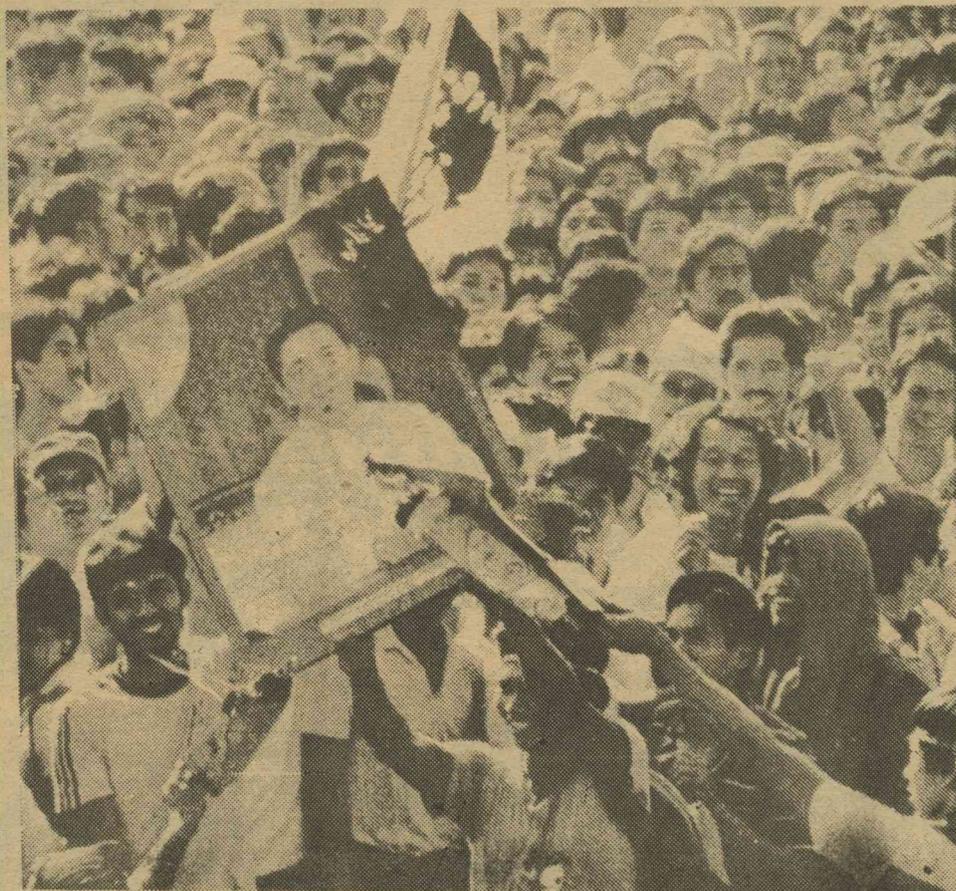
PREVENINDO-SE DE SURPRESAS

No entanto, tudo parece indicar que os Estados Unidos, mesmo que não tenham assumido mais claramente a iniciativa da substituição de Marcos como o fizeram com Duvalier no Haiti; não estão absolutamente contrariados

com o governo representado por Corazon Aquino. Sem dúvida os N. Amer, que perderam espaço político em função de suas vacilações tentaram recupera-lo imediatamente. Interessa à Reagan estabilizar o mais rápido possível o novo governo. Preocupa-o não apenas as relações simpáticas que Corazon Aquino mantém com os comunistas. Obviamente não são relações de afinidade política, pelo fato puro e simples que Corazon Aquino não é comunista. Até o momento, ao libertar alguns presos políticos, limitava-se a cumprir as promessas feitas durante a campanha eleitoral.

Mas, principalmente, as razões mais serias das preocupações do governo dos EUA é com o fato de que existe concretamente uma terceira força, que não está necessariamente subordinada ao jogo de pressões políticas de Washington. Trata-se, do Novo Exército do Povo, que possui aproximadamente cerca de 30 mil membros e que expande sua influência em um ritmo tão acelerado que já preocupou não apenas as autoridades filipinas do antigo governo Marcos, mas, inclusive, representantes dos governos do Ocidente. Não há porque supor que o alvo principal da estratégia norte americana, nesta "nova era" das Filipinas não seja exatamente esta: a de reforçar um governo de coalizão composto por todas as forças políticas que participaram na queda de Marcos com a finalidade de isolar e deter a influência do NEP.

Afinal um relatório reservado antes mesmo da queda de Marcos já recomendava esta política. Parece, pois, que não há momento mais apropriado para colocá-la em prática a todo vapor.



XXVII Congresso

Os delírios de Gorbachev?

Há quem diga que a União Soviética, a partir do XXVII Congresso, deu passos decisivos em direção ao comunismo.

há também quem diga que a URSS fasta-se, cada vez mais, do socialismo. Na posição dos primeiros, a superficialidade de quem avalia a realidade da formação social soviética a partir do discurso dos seus próprios dirigentes, o que resulta no plano político um alinhamento incondicional, e teoricamente implica a perda da capacidade de qualquer contato com a realidade.

O que sustenta a posição dos segundos, é uma espécie de frustração permanente diante da traição realizada por Krushev, no XX Congresso, ao socialismo de Stálin. Estes, obviamente, também não conseguem examinar a questão soviética tendo como foco as complexas questões da luta de classes, preferindo a idolatria da era stalinista e as recordações da pureza original do socialismo. Perdem de vista entre outras, a seguinte questão elementar: se as bases do socialismo foram efetivamente implantadas por Stálin na URSS, como pôde uma camarilha de revisionistas através de um golpe de gabinete, aplastar toda a autêntica direção revolucionária que tinha em Stálin o seu líder máximo? Tudo pode ser explicado assim? Mas que fatores concretos contribuíram para que a era de Stálin pudesse ter sido tão brutalmente atacada pelo sucessor Krushev? Esta pergunta só pode ficar sem resposta para quem possui uma visão conspirativa da história.

Aliás, nenhum destes pontos de vista conseguiu apanhar a radicalidade dos fatos implicados do XXVII Congresso do PCUS. Esta radicalidade pode ser me-

didada pela autoridade com que o atual Secretário Geral do PCUS — Mikhail Gorbachev — denunciou no relatório de abertura dos trabalhos do Congresso, a fossilização da máquina estatal, o descalabro da corrupção e das mordomias utilizadas pelos dirigentes do partido. O ataque desferido por Gorbachev aos antigos dirigentes tem o mesmo peso e o mesmo significado histórico daquele desferido por Krushev à Stálin no famoso XX Congresso onde Krushev apresentou o relatório sobre os crimes de Stálin.

Os pontos em comum

Os dois Congressos, o XX e o XXVII, possuem um forte ponto em comum: desfazer-se de tudo que mantém em atraso e emperrada a economia soviética. Entretanto, se o ataque do XX Congresso foi desferido exclusivamente contra Stálin e o culto da personalidade é porque naquele período o sentido de autodefesa da burocracia como conjunto a mantinha coesa e não podia ser tocado. Agora, o ataque foi contra toda a burocracia, acusando-a de inépta e corrupta. Ao mesmo tempo, Gorbachev impôs uma profunda substituição nos quadros dirigentes, consolidando de forma inequívoca o poder de sua fração burocrática contra a que tinha sido liderada por Brezhnev.

No caso dos dois Congressos, da luta das duas facções da burocracia, saiu vencedor o pólo mais dinâmico, que propugnavia (ou propagandeava) uma maior abertura ao nível político e cultural e um maior desenvolvimento das forças produtivas.

Gorbachev o radical

De fato, na União Soviética, a produtividade industrial é 50 por cento menor que nos EUA. Na agricultura é 75 por cento menor. Os planos de Gorbachev são de elevar o padrão de produtividade aos mesmos níveis dos EUA. Embora essa necessidade já tenha sido identificada em períodos anteriores, as medidas para resolvê-las nunca foram tão drásticas. Do período de Andropov que parecia contentar-se acusando os trabalhadores de vagabundos, passou-se à medidas de descentralização e de reativação da economia de mercado.

A resistência oferecida aos planos de Gorbachev, muitas vezes é interpretada no plano político e ideológico como se os setores da velha guarda resistissem às mudanças porque vêm na planificação centralizada um grande símbolo da ordem socialista. No entanto, parece mais justo supor que essencialmente a velha guarda não admite a descentralização porque é exatamente do aparato administrativo e produtivo e centralizado que extraem seus ganhos econômicos e expandem sua influência política.

Batendo Rijo

Gorbachev desferiu um profundo golpe nestes setores afirmando que é deles a responsabilidade pela economia e pela inércia da máquina estatal. Com isso produziu um grande abalo na defesa incondicional da centralização, abrindo caminho para a viabilização de suas propostas.

Gorbachev propõe uma maior autonomia das unidades produtivas, do incremento da produção mercantil simples e de estímulos salariais aos dirigentes e técnicos que obtiverem sucessos nas empresas. Ao mesmo tempo, quer provocar a descentralização dos ministérios, delegando-lhes autonomia em reterem lucros com finalidade de reaplicá-los na produção de acordo com os próprios objetivos traçados por eles, numa flagrante contraposição à planificação centralizada.

De outro lado, também será incentivada a criação de brigadas de trabalho nas empresas industriais e no campo. Neste último, as brigadas já vêm funcionando há algum tempo e se tomam cada vez mais parecidas com unidades de produção familiares, abrindo um maior domínio para a ampliação da produção mercantil simples.

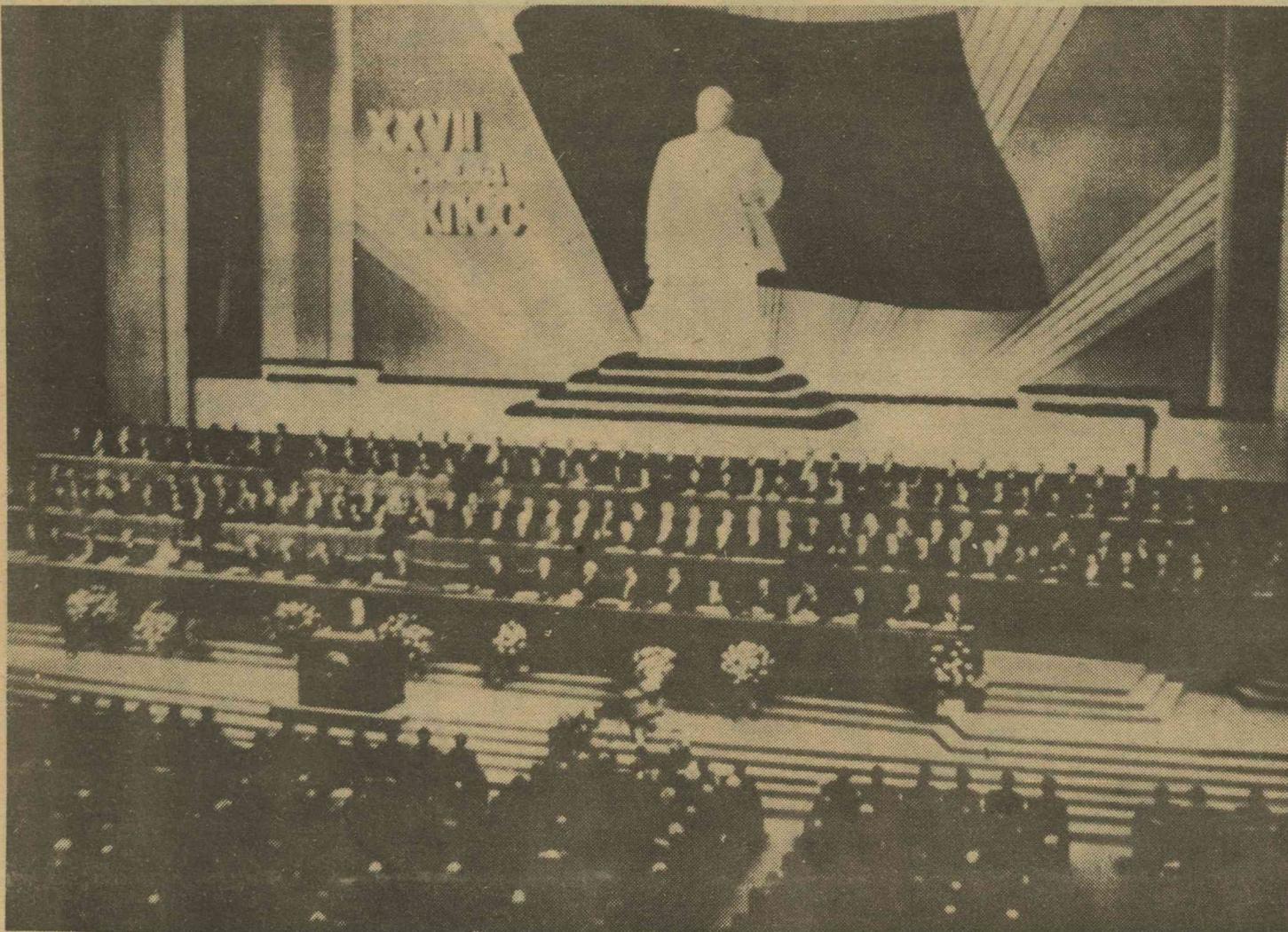
Em busca da produtividade

Essas medidas que, a princípio, apenas parecem reverter a planificação centralizada, o que era uma ficção para justificar o socialismo, na verdade vão mais longe e mais fundo: direcionam a economia soviética pelo melhor caminho dentro da lógica da necessidade do capital, ou seja, a produtividade do trabalho e a acumulação do excedente. Obviamente, ainda não existe espaço para que a burocracia diga diretamente isto, pois o peso destas afirmações poderia cristalizar divergências políticas que, sem dúvida, prejudicariam os próprios planos de Gorbachev.

As idéias administrativas defendidas por Gorbachev não podem ser medidas a partir dos referenciais de construção do socialismo ou de sua descarada traição, como alguns querem nos fazer crer. Antes, devem ser entendidas como afirmação de um estamento burocrático mais dinâmico e moderno que, se obviamente não está levando a URSS na direção do comunismo, tampouco poderá ser entendida pela visão simplória dos que debitam tudo à traição dos puros ideais socialistas representados por Stálin.

As contradições da ousadia

A configuração que a "era Gorbachev" poderá determinar para a URSS é uma questão que permanece em aberto, mas sem dúvida, pode-se afirmar que suas propostas são as mais ousadas assumidas até hoje no plano político e econômico, se comparadas à forma de dominação que tradicionalmente a burocracia tem exercido seu poder. Ao mesmo tempo, necessita manter ao seu lado as mesmas consignas do socialismo desde sempre utilizadas como engodo. Porém, mesmo aí Gorbachev não pode manter-se fiel as velhas formas. Não é à-toa, portanto, que seu lema é: "cada um será recompensado segundo seu merecimento". Um lema que desvirtua a consigna proposta por Marx, mas que serve aos seus planos, pois se de um lado temos a materialização da riqueza que brota do trabalho, de outro, Gorbachev propõe remunerá-lo não a cada um segundo seu trabalho, mas de acordo com o julgamento dos seus dirigentes.



Sobre a grosseria e o centralismo

Tarso Fernando Genro

O artigo de Sergio Weigert publicado no número anterior de *O Amanhã*, suscita uma discussão contudente a respeito do centralismo democrático. Após defender ardentemente que os comunistas não são grosseiros, ou melhor, não devem ser grosseiros com seus camaradas de organização política, vendo na grosseria um estilo de direção que caracteriza o stalinismo, agrega que as instâncias partidárias *não têm nenhum poder de coerção sobre os militantes*. A importância do artigo é dupla: primeiro, porque discute um problema essencial para a teoria leninista de organização; segundo, porque vem de pessoa revestida de seriedade política e honestidade de propósitos, que presta um serviço relevante, suscitando este debate.

O conhecido texto de Lenin, que embasou o artigo de S. W. e sobre o qual foi articulada a sua conclusão mais importante, é o seguinte: *"Stalin é demasiado grosseiro e este defeito, perfeitamente tolerável em nosso meio e nas relações entre nós, os comunistas, torna-se intolerável nas funções de secretário geral"*. (Carta de 24.12.1922)

Como se vê, Lenin sustentou que a "grosseria", forma intolerável de comportamento de um secretário geral, *era perfeitamente tolerável entre os comunistas*. O artigo de S. W. transforma o sentido no texto de Lenin e tenta uma identificação mecânica, *entre a forma de transmitir uma determinação do coletivo (pela grosseria) e a ilegitimidade ou ilegalidade da própria determinação*, a qual, de acordo com as convicções expostas claramente pelo autor pode se opor o indivíduo isolado, que não está convencido da sua justeza. Mas é de se perguntar, o indivíduo não cumpre a tarefa porque a mesma foi transmitida de maneira indelicada, ou porque não tem obrigação de cumpri-la?

O texto de Lenin, que foi suporte do artigo em debate, não serve para embasar a teoria nele exposta, que se assenta no seguinte tripé: a grosseria caracteriza — ela mesma — um estilo de direção; só o "convencimento" pode gerar a unidade na ação; as instâncias partidárias não têm nenhum poder de coerção sobre os militantes. A grosseria apenas *pode* caracterizar um estilo de direção e, em qualquer hipótese, deve ser combatida, mas nas relações entre iguais ela deve ser barrada pelo próprio ofendido, por isso não adquire maior gravidade. O que é grave é a ordem ilegal, o mandonismo, seja ele acompanhado ou não da grosseria, que tanto preocupa o articulista.

Em primeiro lugar, é bom deixar claro que o dirigente político "grosseiro" é substancialmente um mau dirigente e que a forma grosseira de relacionamento é condenável, *não só nas relações entre os comunistas, mas no relacionamento entre os seres racionais em geral*. No relacionamento partidário, a grosseria substitui o argumento, emascula a politização da direção e suprime a adesão consciente ao centralismo democrático, que se caracteriza precisamente pela submissão, na prática política, às decisões da maioria e que exige a renúncia à ação política que se ampara na opinião individual.

O que caracteriza um estilo de direção stalinista não é o modo de ser grosseiro do dirigente, *mas o seu modo de ser, grosseiro, ou não, que viole o centralismo democrático*, ou seja, que produza orientações que não emanaram de uma política construída democraticamente, que tendem a reproduzir um poder ilegítimo, ou seja, um poder que se baseia nos mecanismos de aparelho, que impedem a livre circulação das idéias e que não permitem a construção coletiva da política partidária.

Mas a questão fundamental, para discutir o problema do centralismo, não é, porém, se um militante comunista recebeu, de outro, uma determinação passada de forma grosseira, mas é se este militante deve ou não cumpri-la, a partir do pressuposto de que ela emana de uma instância superior legitimada pelos mecanismos democráticos internos do Partido, para aplicar praticamente as posições políticas da maioria.

A polarização proposta pelo artigo revela-se, então, completamente falsa, pois ela identifica, de uma parte, *coerção com grosseria* e faz do convencimento (e não da renúncia à prática política isolada) a característica central da estrutura partidária leninista.

De acordo com a compreensão de S. W., na teoria leninista de Partido, as orientações políticas de uma instância dirigente, na sua repercussão prática, só devem ser seguidas se o militante isolado está convencido de que elas são corretas, ou seja, a direção dirige para quem quer seguir a orientação da direção, os que não estão convencidos não podem ser "coagidos".

Uma palavra sobre o "convencimento". A dialética da centralização e da democracia integram uma mesma totalidade que, do ponto de vista materialista, repousa numa organicidade que existe para viabilizar uma política revolucionária, através de um processo permanente de convencimento e de uma ação prático-política centralizada.

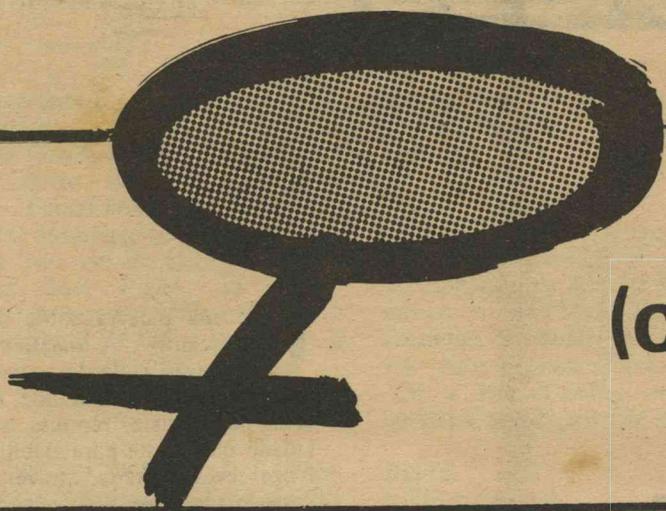
Existem momentos (os de formulação de sua tática, por exemplo) nos quais deve predominar a mais ampla democracia. Em outros momentos predomina a centralização, a saber, quando a linha política da maioria reverte-se numa determinada atividade prática.

É evidente, porém, que nenhum, nem outro, são momentos "puros" e em ambos o convencimento deve operar, ou como característica (no processo de formulação de uma política), ou como emulação (como no caso da aplicação das decisões amparadas pela maioria), seja para viabilizá-las, praticamente, seja para experimentá-las e negá-las, na "práxis" partidária. Mas retirar daí o entendimento que é o convencimento do indivíduo, do militante isolado (aquele mesmo que não pode sofrer "coerção") que empresta significado concreto ao centralismo, é defender uma organicidade compreendida platonicamente: *"Se na fraseologia sobre o burocratismo se oculta um princípio, se não se trata da negação anarquista do dever que tem a parte de se submeter ao todo, então nos encontramos diante do princípio do oportunismo*, que tende a debilitar a responsabilidade dos intelectuais singulares diante do partido do proletariado, enfraquecer a influência dos organismos centrais, reforçar a autonomia dos elementos menos estáveis, a reduzir as relações organizativas a uma aceitação meramente platônica e formal". (Texto de Lenin, transcrito por L. Gruppi, em "O pensamento de Lenin").

Resalta-se, também, no texto de S. W., a preocupação do tempo livre do militante com as artes, com a escultura, com a música, o que é uma preocupação absolutamente justa. Trata-se de verificar, porém, qual a hierarquia que as necessidades políticas da luta de classes exige de um militante comunista. É evidente que determinados militantes podem e devem prestar mais serviços à causa da humanidade dedicando-se às artes, mas esta é uma característica singular de algumas pessoas, não podendo, portanto, balizar uma regra. A regra é que este tempo livre deve ser tido como secundário em relação às necessidades de um Partido que se queira revolucionário. Ao contrário, a condição de integrante de um Partido de vanguarda não exigiria que o indivíduo resolvesse para sua vida a prioridade de integrar-se nas tarefas da revolução. O ideal é buscar uma justa mediação sem a ruptura desta hierarquia, para que o Partido não se torne um agrupamento de diletantes, salvaguardados, nos momentos mais duros pela necessidade de ver um bom filme ou pela curiosidade de admirar uma escultura.

Ora, entender como coerção a obrigação política de seguir a orientação da maioria, é deformar o significado do leninismo, enquanto teoria da organização do proletariado de vanguarda, pois quando o militante ingressa na organização ele renuncia ao individualismo liberal-burguês, que fetichiza o indivíduo como ser desvinculado das suas conexões e relações. Ou seja, adere a uma disciplina consciente que lhe obriga à ação prático-política, resolvida democraticamente, optando por conexões e relações assumidas conscientemente, ao invés de assumir *espontaneamente*, as conexões e relações do individualismo burguês ou pequeno-burguês. *As categorias pares não são "direção x coerção", mas "direção x disciplina livremente aceita."*

Mas, o que é que S.W. entende como "coerção"? A voz de um dirigente mal educado? A determinação formal de uma atividade? Um revólver encostado na nuca? Não se sabe. No artigo, pelo menos, a sua compreensão não está clara. Se tomarmos coerção como direito de dirigir, delegado pelo coletivo e obrigação de cumprir pelas instâncias subordinadas *o que se pode responder é que os organismos partidários tem poder de "coerção" sobre os militantes*. Mas se tomarmos a palavra coerção, no sentido militarista e irracional, que se ampara nas "gradações" da disciplina burguesa compreendermos coerção desta maneira o debate levantado pelo articulista não tem nenhum significado, tratando-se apenas de um mal entendido dispensável.



Anotações (comemorativas e reflexivas) sobre o 8 de março.

Sergio Weigert

Tornou-se já uma espécie de lugar comum dizer que este é um país surrealista. Mas o que fazer quando é a própria vida que trata de confirmar isto? Por exemplo, agora no dia Internacional da Mulher, a polícia do governador do Espírito Santo, Gerson Camata, ilustre membro do PMDB, dissolveu, a golpes de cassetete, uma passeata de 500 mulheres que se dirigiam ao centro da cidade para comemorar a data.

E assim, ao melhor modelo do surrealismo, o 8 de março foi "comemorado": não como um símbolo da luta que sintetizou contra a opressão, mas, exatamente, reproduzindo, quase ao pé da letra, os episódios que fizeram com que o evento se transformasse em símbolo.

Isto indica com nitidez que o 8 de março não apenas necessita ser lembrado como síntese simbólica de luta das mulheres, mas que é preciso continuar esta luta no presente, dando concretude cotidiana ao que a arquitetura da história soube construir com essa invisível e densa matéria, a seda e o tijolo, que devemos aprender a misturar, como artesãos coletivos, a fim de construir as moradias onde viverão e conviverão a memória das nossas lutas, e as trincheiras com a sua instigante urgência de travá-las a cada dia. E travá-las contra a violência de horda de policiais imbecilizados; contra a brutalidade alienada daquela matilha que no julgamento do cantor Lindomar Castilhos uivava um repugnante refrão: "caso de adultério é mulher no cemitério". Mas, também além destas, devemos saber enfrentar a civilizada opressão, muitas vezes, quase anônima, que se produz e reproduz tão corriqueiramente que chega, muitas vezes, a confundir-se com o hábito.

Portanto, comemorar este 8 de março é também buscar contribuir para a solução destes desafios que ainda estão postos. E, de imediato, é preciso reconhecer que o movimento feminista (e não pretendemos dar nenhuma conotação polêmica a esta denominação, não se trata agora de semântica) depois de ter alcançado um pico muito elevado, foi decrescendo de influência tanto política, como também ao nível do debate ideológico e teórico. Por que isto aconteceu? Porque o movimento propriamente político sobrepôs-se as especificidades da opressão que advém da condição feminina? Mas isto não nos leva-

ria, inevitavelmente, a conclusão de que, de fato, como muitos argumentavam (e talvez argumentem ainda) as questões do feminismo não passam de um "modismo" de senhoritas insatisfeitas? Cumpre lembrar, apenas de passagem, que esta é uma "conquista" do mais "avançado" pensamento atual. Já as concepções mais "atrasadas", compostas de pensadores como Fourier, Marx e Bebel, entre outros, trataram de debrucar-se sobre o problema e não chegaram a tais conclusões. Isto significa que aquilo que diz respeito a especificidade da opressão feminina, não pode ser reduzida a um modismo, afastado com quatro palavras de desdém. Aliás, é importante observar que é exatamente esta a concepção do filisteu, o mesmo criou o hábito de encarar a mulher como um objeto que, tanto pode ser útil ou servir como adorno. Como uma espécie de máquina ou de bibelô.

Porém, se como vimos, a opressão feminina não é um modismo, persiste ainda nossa pergunta: porque decresceu o interesse com as questões que a envolvem?

Parece-nos que, a luta das mulheres não conseguiu solucionar um problema que era crucial: articular as lutas políticas gerais com as reivindicações específicas. Isto foi uma das causas para que a luta não fosse reconhecida como **também** das mulheres ou fosse tomada **exclusivamente** como das mulheres. A polaridade que nos acostumamos a presenciar, separava, de um lado, as "generalistas", que engajadas as lutas políticas de todos os explorados e oprimidos, esqueciam que a sua especificidade de explorada e oprimida não podia ser subsumida no caudal geral das reivindicações coletivas. Esta posição resumia-se, a grosso modo, da seguinte maneira: vamos conquistar as bandeiras gerais do movimento e depois veremos o que fazer com o fato de sermos mulheres.

Por outro lado e como oposto simétrico alinhavam-se as "especifistas" que só conseguiam observar seus próprios umbigos e, via de regra, lutavam "diretamente" pela sua liberdade e felicidade, exclusivamente feminina. Não por acaso, todos estes movimentos possuíam um forte traço corporativo e tendiam a ver o homem como seu inimigo natural. O mérito deste movimento foi, o de mal ou bem, levantar uma lebre diversa que não podia ser comprada por gato: a especificidade inilimável da ques-

ção feminina que não se resolveria mecanicamente no território genérico da luta de classes.

Em síntese, enquanto alguns viam apenas a luta de classes e deixavam para depois as particularidades da opressão feminina, outros viam apenas as questões da opressão feminina, sem compreender que a solução dela estava ligada a solução da opressão geral.

Assim, uns tendiam a subestimar o movimento feminista, diluindo a importância das questões que suscitava, outros tendiam a superestimá-lo, isolando-o do restante das lutas gerais.

No entanto nem a universalidade pode subsumir as especificidades, transformando-se num arremedo de síntese, sem nenhum poder criador. Nem as especificidades podem pensar sua realização em uma "linha direta" com o mundo, sem a mediação com a universalidade. É apenas a partir desta relação que os problemas específicos das mulheres poderão também ser reconhecidos efetivamente e não apenas formalmente como "problemas do mundo". No mesmo passo que os "problemas do mundo", saberão sintetizar, sem diluir, os problemas dos oprimidos do mundo.

A centralidade que hoje adquirem as questões de opressão de classe e da luta política não podem desprezar os problemas específicos da opressão das mulheres, sob pena de estarem reproduzindo uma espécie de "machismo" e de discriminação. Da mesma forma que as questões específicas das mulheres devem incorporar-se a centralidade da luta política, exatamente para, ao "mergulharem" nesta unidade, poderem reconhecer-se a um só tempo como partícipes dos interesses gerais do coletivo e, conseqüentemente dimensionarem-se e reconhecerem-se como indivíduos com potenciais singulares, cujas potencialidades mais amplas e radicais só podem nascer deste encontro com a universalidade.

Transpondo este raciocínio para a luta política, tomemos como exemplo, a questão da Constituinte e as lutas políticas gerais que, por certo se travarão nela: Reforma Agrária, eleições diretas, liberdade de organização sindical, etc., etc. As mulheres participarão ou não destas lutas? Parece-nos óbvio que sim. Mas, no entanto, não agregarão a cada uma delas a especificidade de suas reivindicações que abarcam desde salário igual para trabalho igual, obrigatoriedade de creches nos locais de trabalho, abolição dos pontos do Código Civil que sancionam o patriarcalismo. A discriminização do aborto, que além do mais incidirá diretamente sobre um dos aspectos da felicidade feminina que é o prazer sexual, na medida que o pânico de uma concepção indesejada não viverá a rondá-la, nem tampouco a sexualidade viverá ligada e reduzida a idéia da reprodução.

Estas são algumas reflexões, que, obviamente, não tem nenhuma pretensão de serem exaustivas — talvez até mesmo correm o risco de serem óbvias — mas que nos parecem importantes trazer ao debate buscando contribuir para que nós, homens e mulheres feministas, reflitamos sobre alguns equívocos do passado e minimamente tentemos entrever alguns passos a serem percorridos daqui por diante, onde nosso ponto de partida e nosso objetivo de chegada, talvez esteja expresso por inteiro na afirmação do filósofo de que o grau real de liberdade existente na sociedade só pode ser medido pelo grau real de liberdade existente para a mulher.



Reabilitando a fé pública

Nigel Matheson, do jornal inglês New Musical Express perguntou a Jean-Luc Godard: "Você teve problemas com João Paulo II?"

"Eu penso que foi ele quem teve problema com o filme. Na verdade eu não acredito que o tenha visto, mas num artigo no **Observatore Romano** ele disse que era impossível transformar os mistérios sagrados em imagens. Eu acredito que há alguma verdade nisso, mas não significa que nós não tentemos. É evidente que seria inevitável que minha aproximação do tema da Virgem Maria fosse diferente daquela da Igreja Católica. Eles têm suas crenças e eu as minhas. Eu não desejaria reproduzir as imagens que eles apresentam ao mundo. O Papa, por exemplo, fala de pobreza vestido com trajes finíssimos. A Igreja Católica ainda tenta parecer poderosa num mundo onde o poder passou para os meios de comunicação, e falha em notar a contradição entre toda a sua riqueza e a mensagem que está pregando. Quanto mais a Igreja fala menos ouvidos lhe são dados".

Godard domina o cinema e sua linguagem, sendo considerado um inovador genial. Apesar de todos os seus méritos, não consegue transformar seus filmes em campeões de bilheteria. À suas obras estão reservadas as salas especiais de cinema. Todos os seus filmes, calcula-se, foram vistos por não mais que 3 milhões de espectadores em todo o mundo. Godard, com este minguado público, principalmente se, por exemplo, comparado a um rambo da vida certamente não é o tipo de cineasta propenso a abalar sistemas de fé. Sistemas, aliás tão caros aos inúmeros e vorazes camelos que sempre passam pelos buracos das agulhas.

A Subprocuradoria-Geral da República, através do subprocurador Paulo Silberger, considera que o filme *Ave Maria* (**Je Vous Salue Marie**) poderia causar danos irreparáveis à Nação e cassou a liminar expedida pelo juiz mineiro Antônio Catão, que liberava a exibição do filme para todo o país.

O que deu na Igreja e na Nova República de se meter com Godard? Seria mais um mistério sagrado do qual os mortais não poderiam aproximar-se? Godard penetrou num poema de fé, com o seguinte propósito: "A história de Maria, diz ele, é a história de todas as mulheres de hoje. Uma criança sempre vem de algum lugar, e, ao mesmo tempo, de nenhum lugar. E este é um fato que não pode ser explicado em toda sua radical dimensão pela letra fria dos termos científicos.

Maria é uma metáfora da Bíblia. Ela está grávida e não há explicação para isso. Ela precisa ter fé. Ela foi escolhida como um símbolo do poder e do amor de Deus. Ela é mãe e filha, e seu filho (Jesus) é ao mesmo tempo seu pai e seu filho".

A maioria dos que assistiram o filme, considera *Ave Maria* como uma parábola terna, bela e sensual. Com o poder de revolver todo o passado histórico do cristianismo, pois toca numa ferida há



muito ausente das manchetes. Digamos que se Maria, ao invés de ter sido fecundada por um anjo, fosse penetrada e fecundada por um homem, alteraria hoje a fé dos cristãos? Alguém está interessado hoje neste assunto que fura o papo até no mais distante convento?

Por tal senão a Nova República enterrou uma de suas bandeiras que ao constituir-se, fez questão de transformar em Dogma; um Dogma pagão, sem dúvida, mas quero, transformado em sagrado; o da liberdade irrestrita de expressas, e pensamento, organizadas, etc.

Que razão teria José Sarney de envolver-se pessoalmente na censura ao filme? Porque os homens são mortais e a Igreja eterna, argumentou o Presidente. Mas o tema mortal e eterno chegou por que vias aos gabinetes da Nova República?

Com quais botões de suas camisas confidenciam presidente e ministros? E o que levou Sarney a prever que do conflito entre o mortal e o eterno, o resultado é de que a *Ave Maria* causaria danos irreparáveis à Nação?

Ave Maria passou a ser o símbolo de liberdade anteposto à Nova República. Seria um símbolo suficientemente forte

ou uma estranha ironia, como estranho seria comparar o intimismo de Godard ao barroquismo explícito em um fardão de academia? Mas de estranhos símbolos e suficiente ironia é também feita a política. *Ave Maria* não é uma peça isolada de um xadrez ilógico ou uma censura isolada em um plano político entregue às traças.

Mas um gesto de força e tônus oferecido a uma Igreja cambaleante, de mínimos poderes reais em um país que se alimenta de suficientes maravilhas e insofismável esquecimento dentro de sua própria história.

Diante de um padre assassinado e uma censura a um filme de um cineasta de vanguarda, qual o melhor estardalhaço. O que mais interessa ao poder é certamente devolver à Igreja uma pequena fatia nas decisões públicas, pois a Igreja é peça fundamental para que a Nova República trafegue sua mistificação e seus milagres. O poder político burguês no Brasil se move unindo formas muito parecidas às secularizadas pela Igreja. Dógmicas econômicas unem-se a liturgias políticas. E os mistérios sagrados não podem ser transformados em imagens, e sobre os homens públicos hoje a serviço dos que negaram ontem não pode pairar a mínima mácula. Afinal, Pedro, que negou Cristo por três vezes, acabou por fundar a Igreja cristã.

A proibição de *Ave Maria* forma um elo moral que perpassa a Nação e reabilita a fé pública de forma acachapante. Algo deve se transformar para que tudo permaneça o mesmo. E o mesmo assumisse um ilusória melhora. E o mesmo tivesse, mergulhado em fantástico poção de otimismo e irrealismo, uma certa noção de que finalmente portava o poder da voz ativa. Entre a proibição de *Ave Maria* e a super-produção divulgada do pacote econômico, deu-se o milagre, mesmo sem haver pães e peixes, mesmo sem haver mãe nem filho, pai houve e apareceu a todos. Jesus nasce de novo sem a participação dos homens. Não há pão nem peixes no milagre deste homem, mas uma certa fome foi saciada. E uma certa soma foi saqueada. E uma outra Maria, a da Conceição Tavares, herege recalcitrante, chorou no templo da Globo para que todos tivessem crença em suas certezas e da visão do anjo e em sua profecia. A Igreja é eterna, os mistérios sagrados também o são. Faltava dar intemporalidade aos salários e intemporalidade aos preços. E tudo passou a ser assim, então, desde este ano.

Digamos que a Igreja não é um monolítico pensamento e em sua hierarquia há contradições ideológicas que não aquelas apenas teológicas. Que nem toda a estrutura clerical esteja disposta a vislumbrar os camelões que transpassam os buracos de suas agulhas. Mas a armadilha veio a calhar e o próprio presidente da CNBB, d. Ivo Lorscheiter, sentindo o volumoso rumor que pairava sobre o veto da igreja ao filme, se antecipou: "A CNBB não tem força policial, nem assumimos uma

posição contrária ao filme por medo de que a fé dos católicos fraquejasse. Nosso protesto é contra a obra". Dois pesos de protesto, um com a força de veto, outro, o dos que querem assistir o filme, de atrair a polícia. Mas, o bispo tirou o cavalo da chuva e culpou a imprensa "pelos exageros que estão ocorrendo em todo o Brasil, envolvendo o filme de Jean-Luc Godard".

Para d. Luciano Mendes, secretário-geral da CNBB, a imprensa deveria se preocupar com as denúncias de violências feitas diariamente pela Igreja. "Onde está a seriedade profissional dos jornalistas, pergunta d. Luciano, que não conseguem fazer com que estas denúncias sejam publicadas pelas empresas onde trabalham?"

O secretário-geral da CNBB, já não mais preocupado com *Ave Maria*, acusa: "Todos os jornais filtram nossas informações, e publicam diariamente páginas inteiras, com matérias polêmicas sobre este filme e ignoram completamente a miséria dos camponeses e dos índios". E foi mais longe: "os jornais brasileiros se deterioraram totalmente e não há dignidade em nada. Há espaço para assuntos como esse, para fotos de página inteira mostrando o carnaval, mas ninguém está interessado em ver o que acontece com o nosso povo...".

Estaria, desta forma, entendendo a Igreja que o presente de José Sarney foi um troiano cavalo? Que a questão não era censurar o filme, mas simplesmente ter a Igreja marcado sua posição contrária a obra? Tarde demais, como certamente teria respondido Maria ou o Anjo, pouco depois de ter legado à humanidade o seu maior mito.

Para Jean-Luc Godard o milagre aconteceu. O milagre fundamental de suas artes sobre imagens. Que quando *Ave Maria* for liberado, será campeão de bilheteria. E todos poderão ver o milagre fundamental de sua arte sobre imagens. Que ao contrário dos sagrados não partem do princípio da inexplicabilidade, mas existem graças a sua força favorável à interpretação dos homens.

Implicações da taxa de juro na economia global

Otto Alcides Ohlweiler

A revista internacional *Nesweek* de 27/01/86 transcreve um artigo de R. J. Samuelson em que o conhecido colunista aborda aspectos importantes da situação econômica mundial. Seus prognósticos sobre o movimento da economia global não são lisonjeiros e ele concentra sua atenção no problema crucial da taxa de juro e suas implicações contraditórias na economia norte-americana, de um lado, e na economia mundial, de outro.

Samuelson traça rapidamente um quadro da situação econômica mundial. Nos Estados Unidos, a utilização da capacidade produtiva fabril se fixou em torno de 80 por cento desde 1984. A taxa de desemprego na Europa é de 11 por cento; em alguns países em desenvolvimento, a taxa de desemprego é ainda maior. A economia japonesa entrou em desaceleração. Outro tanto se poderia dizer com respeito aos "quatro tigres" asiáticos: Coreia do Sul, Formosa, Hong-Kong e Singapura.

Males com muitas causas

A opinião de Samuelson é de que os males de que padece a economia global não derivam de uma única causa. Na Europa, afirma, são os salários que perturbam o crescimento. No Japão, as elevadas poupanças dos consumidores são dadas como restringindo a demanda. E as altas taxas de juro vigentes nos Estados Unidos, indiretamente inflingidas aos demais países, teriam tornado incerta a recuperação da economia mundial. Todavia, o colunista considera como particularmente perturbador o efeito contraditório que têm as taxas de juro prevalecentes nos Estados Unidos com respeito à economia desse país, de um lado, e aos demais países, de outro. Ele parte da premissa de que uma taxa de juro bastante baixa para favorecer um saudável crescimento em escala global pode não ser suficientemente alta de modo a conter a inflação dentro dos Estados Unidos.

O mecanismo dos EUA

Com relação aos Estados Unidos, Samuelson observa que o sistema tributário do país, que subsidia os tomadores de empréstimos ao permitir que os custos de juros sejam deduzidos dos impostos, tornam necessárias altas taxas de juro para fazer curvar significativamente a inflação. É também alinhado como causa das altas taxas de juro o enorme déficit orçamentário federal. Qualquer que seja o caso, quando as taxas de juro norte-americanas são bastante altas para suprimir a inflação no país, elas sobrepõem as taxas vigorantes fora, o que é especialmente válido para a Alemanha e o Japão. Então, os fundos estrangeiros são atraídos para investimentos em dólares, determinando a valorização do dólar, a elevação das taxas de juro nos outros países e um fraco crescimento global. De fato, a recuperação global em curso, apontada como resultado desse mecanismo, na maioria dos países (salvo, o Japão), está longe de poder ser considerada como uma situação de pleno emprego. E, além disso, as perspectivas para 1986 não prevêem um crescimento suficiente para reduzir o desemprego, que, na verdade,

assume um caráter estrutural na atual fase do capitalismo monopolista.

Visando a Resolução da Taxa de Juros

Enquanto Samuelson escrevia seu artigo, os ministros das finanças dos cinco países mais industrializados do bloco ocidental discutiam esses assuntos e se dispunham a adotar medidas coordenadas com vista à redução das taxas de juro. Segundo o colunista, no momento uma recuperação global abortada pesa mais do que um surto imediato de inflação; ele acha que, havendo desemprego e excedentes de petróleo, grãos, semicondutores, etc., a inflação pode ser contida temporariamente. Mas, admite que uma recessão pioraria todos os problemas econômicos. O comércio internacional declinará e o protecionismo se acentuará sobremaneira. Os países em desenvolvimento endividados, encontrariam novas dificuldades no que concerne ao pagamento dos serviços das suas dívidas. Mais fazendeiros norte-americanos estariam se tornando insolventes. Mais maus empréstimos tornariam vulneráveis muitos bancos. E a taxa de desemprego na Europa crescerá ainda mais na casa dos dois dígitos.

As taxas devastadoras

O grande problema, entretanto, é que, certamente, uma política de redução das taxas de juro, se levada além de certo ponto, ameaçaria reacender perigosamente a inflação. Pensar num retorno das taxas de juro aos baixos patamares dos anos 60 e 70 é esquecer que às baixas taxas esteve então associada uma aceleração da inflação. Por outro lado, Samuelson lembra que, agora, as altas taxas de juro nos Estados Unidos não reduziram sensivelmente os empréstimos tomados por consumidores ou homens de negócios norte-americanos. Mas ele constata, ao mesmo tempo, que as altas taxas, quando exportadas para fora, tornam-se verdadeiramente devastadoras. De fato, as taxas de juro norte-americanas repercutem inevitavelmente em escala global, pois o dólar é ainda a principal moeda para o comércio e os investimentos internacionais. Nos anos 70, quando prevaleciam nos Estados Unidos baixas taxas de juro, os países em desenvolvimento tomavam empréstimos em dólares para pagar suas importações, o que favorecia uma expansão global. Outros países puderam também reduzir suas taxas de juro sem depreciação de suas moedas em relação ao dólar. Posto que os preços das matérias-primas — petróleo, grãos, etc. — eram correntemente expressos em dólares, qualquer depreciação teria feito piorar a inflação.

Fator perturbador

A inocuidade das conclusões do colunista se expressa no fato de que a saída preconizada para as presentes dificuldades da economia mundial não tem nada a ver com a realidade subjacente à lógica do capital. Afinal a que tipo de análise se poderia recorrer para estabelecer-se uma taxa de juro que não provocasse

inflação nos Estados Unidos, nem estagnação fora? O certo é que o fator perturbador por excelência de uma acumulação "normal" do capital nas presentes condições do capitalismo monopolista é a hipertrofia do sistema financeiro e a correlata ampliação do grupo de rentistas, ou seja, dos capitalistas que, sendo proprietários de capital-dinheiro e dos mais variados tipos de títulos de valor (capital fictício), não estão vinculados à esfera da produção e que, assim, se tornam expressão do mais refinado parasitismo. A continuada expansão dos ganhos fictícios — portanto, estritamente financeiros na forma de juros, não só exacerba o caráter rentista a que chegou o sistema, mas, ademais, acaba pondo em risco, como se poderia mesmo depreender da análise até certo ponto correta de Samuelson, a própria estabilidade da ordem capitalista. Não há outra fonte para os ganhos do capital que não a mais-valia extorquida no processo da produção, de sorte que o limite da taxa de juro é, necessariamente, a taxa de lucro gerada no setor produtivo. Quando, como acontece presentemente, a repartição da mais-valia entre as várias frações do capital privilegia de forma inaudita o capital financeiro, a ordem capitalista global, expressa na internacionalização do capital e na mundialização da economia, só pode contemplar a sua própria instabilização. O capital não vai salvar-se negando-se a si próprio. Mas, historicamente, o limite do capitalismo é a revolução proletária, que, enquanto tarda, deixará ao capitalismo pelo menos a oportunidade de reensajar a continuação do reino da barbárie, com a guerra e o fascismo, se for o caso. suas taxas de juro sem depreciação de suas moedas em relação ao dólar. Posto que os preços da maioria das matérias-primas — petróleo, grãos, etc. — eram correntemente expressos em dólares, qualquer depreciação teria feito piorar a inflação.

Restringindo a escala de empréstimos

Porém, as altas taxas de juro dos anos 80 reverteram a situação. A escala dos empréstimos foi restringida. Os outros países — notadamente, a Alemanha e o Japão —, a fim de minimizarem a depreciação de suas moedas, responderam às altas taxas de juro norte-americanas aumentando também as suas. A consequência foi um quadro de crescimento econômico que não tem como se sustentar. Por outro lado, o estímulo global do déficit comercial norte-americano — que reflete o alto poder de troca do dólar — está enfraquecendo. Muitos norte-americanos que podiam comprar mais produtos importados ficaram desempregados em virtude de déficit comercial.

A melancólica conclusão a que chega finalmente o colunista da *Newsweek* é que "a menos que possamos entender e controlar os diferentes efeitos das nossas taxas de juro, estaremos condenados à instabilidade crônica, oscilando entre políticas que criam demasiada inflação doméstica ou demasiada estagnação fora". A solução sugerida para essa gangorra é que os Estados Unidos, "sendo o guardião do maior sistema monetário global", deve achar uma maneira de ajustar suas "políticas econômicas às das outras nações (quanta inocência!), pois nossas necessidades estão inextricavelmente ligadas à saúde da economia global maior", o que parece um óbvio impossível.

